

**Crescimento sem Mudança:  
A Elusividade da Transformação Agrária e Económica em Moçambique**

---

Benedito Cunguara  
Pesquisador Associado, Michigan State University

Gorka Fagilde  
Consultora

James Garrett  
Pesquisador Sénior  
IFPRI, Maputo

Rafael Uaiene  
Pesquisador Pos-Doutorado  
IFPRI, Maputo

Derek Headey  
Pesquisador  
IFPRI, Addis Ababa

**Favor de não citar sem a permissão do autor, pois poderá existir uma versão mais actualizada**

Documento apresentado no  
“Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique”  
21 de Julho de 2011  
Hotel VIP, Maputo

Contacto: Benedito Cunguara, [cunguara@gmail.com](mailto:cunguara@gmail.com)  
Celular: (+258) 82 4759690/ 84 8995806.

## **Crescimento sem Mudança: A Elusividade da Transformação Agrária e Económica em Moçambique** Benedito Cungara, Gorka Fagilde, James Garrett, Rafael Uaiene, Derek Headey<sup>1</sup>

### **1. Introdução**

Moçambique é um estudo único de caso sobre a transformação económica ou a sua falta, mesmo em termos de padrões africanos. A independência (1975) e paz (1992) foram alcançadas recentemente. O impacto do legado colonial, guerra civil e principais estratégias económicas no potencial e trajecto do país ainda são, claramente, visíveis. Desde os meados dos anos de 1960 até os princípios dos anos de 1990, o desenvolvimento económico no seu todo e a transformação das áreas rurais e urbanas foram, na realidade, estancados pelo conflito quase contínuo, primeiro, durante a guerra de Libertação contra o jugo colonial português e, depois da independência, a guerra civil entre o Governo da FRELIMO e os rebeldes liderados pela RENAMO. A guerra civil saldou-se em mais de um milhão de mortes e mais de 3 milhões de pessoas deslocadas, correspondendo a um quinto da população. Em 1992, o Governo e os rebeldes assinaram um acordo de paz, abrindo-se o caminho para as eleições em 1994. Nessa altura, o governo já estava a adoptar estratégias de desenvolvimento mais viradas para o mercado, ao contrário da sua visão inicial Marxista (Saul 1987; Sidaway 1993; Sidaway e Power 1995; Jenkins 2003).

Moçambique teve um rápido crescimento económico durante a última década e tanto o sector agrário tal como os sectores não agrários cresceram. Tem-se verificado uma urbanização relativamente rápida em Moçambique, tendo a população urbana aumentado mais de 3 vezes entre 1980 e 2010 (de 13 por cento para 40 por cento). O sector da agricultura continua o que mais emprega (76 por cento em 2006/2007), mas ainda existe pouca evidência de transformação agrária com apenas uma pequena percentagem de agricultores que usam fertilizantes. O orçamento alocado à agricultura pelo governo continua abaixo da meta de 10 por cento do CAADP (Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura Africana) e está sitiada em despesa 5-6 por cento do PIB. Com um potencial agrário significativo e, na altura da paz, com mais de 70 por cento da população em áreas rurais, a agricultura e o desenvolvimento rural deviam ter sido o centro de atenção da política, entretanto, tal não aconteceu. Ultimamente, o governo tem se centrado no investimento externo como fundamental para o crescimento, sobretudo na área de mineração e outros mega-projectos. Enquanto durante a última década as taxas de crescimento económico tem sido elevadas, esses mega-projectos tiveram apenas um pequeno impacto sobre as receitas do governo, emprego nacional e redução da pobreza (Andersson 2001; Thirtle, Lin e Piesse 2003; Sonne-Schmidt, Arndt, e Magaua 2009), precisamente como 80 por cento dos moçambicanos continua a trabalhar na agricultura e a maioria da população nas áreas urbanas e rurais continuam pobres. Embora a pobreza tenha reduzido dos níveis verificados nos anos de 1990, a actual incidência da pobreza continua alta com 50 por cento da população urbana e 57 por cento da população rural a viver abaixo da linha da pobreza. Para se acelerar o crescimento e a redução da pobreza e desenvolvimento económico no seu todo, a estratégia de crescimento de Moçambique deverá beneficiar, grandemente, de mais

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem a Emily Schmidt e Mekamu Kadir por terem feito muitos dos cálculos, mapas e análise inicial sobre os índices de aglomeração. Agradecem, igualmente, o Paulo Covele pelo apoio adicional na pesquisa e preparação dos mapas e Margaret McMillan pelos comentários.

investimentos na agricultura e infra-estruturas. A agricultura é a principal fonte de renda para a maioria da população, contribuindo com mais de 25 por cento ao PIB, 20 por cento de exportações e fornecendo matérias primas a sectores fabris, cujos sectores de processamento agrário contribuem com mais sete por cento ao PIB nacional.

Neste artigo, exploramos como vai a transformação rural-urbana em Moçambique, que se podia esperar que acompanhasse o desenvolvimento económico. Olhamos para a transformação em duas vertentes: como as áreas rurais estão a transformar-se com vista a aquisição das características “urbanas”, tais como bem-estar e serviços melhorados; e como a economia, em geral, está a mudar à luz do crescimento económico e urbanização. As políticas macroeconómicas e os padrões reais da taxa de câmbio durante a última década são analisados, de forma breve, na secção 2, seguidos de um estudo dos modelos e tendências da transformação rural-urbana em várias dimensões socio-económicas (Secção 3). Em seguida, tentamos explicar essas diferenças no contexto das principais políticas, estratégias de desenvolvimento e despesas em Moçambique. Analisamos as consequências deste contexto de crescimento e mudança nos sectores agrários e não agrários e migração e diversificação económica (Secção 4). Na secção da conclusão (Secção 5), reflectimos nos nossos resultados e apresentamos ideias sobre como a estratégia de desenvolvimento pode alcançar uma transformação mais produtiva e pró-pobres tanto nas áreas rurais como urbanas.

Em geral, verificamos que Moçambique está a tornar-se muito urbanizado, mas como mais urbanização no sul, através, sobretudo, do crescimento de Maputo, a capital. Com os investimentos nos sectores sociais como a educação, algumas diferenças em termos de bem-estar entre as áreas rurais e urbanas têm reduzido. Melhores estradas promovem a ligação. Entretanto, o crescimento económico não tem resultado em redução da pobreza, a produtividade agrária não tem crescido há décadas e o norte e sul continuam, grandemente, divididos. Em consequência, o sul tem recorrido a África do Sul e não no norte para a satisfação das suas necessidades alimentares e produtos agrícolas. Os resultados do modelo DCGE (Thurlow 2009) sugerem que esforços para se alcançar o crescimento de Moçambique e as metas de redução da pobreza seriam, grandemente, fortalecidos por mais investimento na agricultura, através, sobretudo, do estabelecimento de novas culturas de exportação, tais como biocombustíveis, que produzem resultados claros pró-pobres e permitem maior diversificação em opções de emprego rural. O maior potencial do crescimento destas culturas de exportação relativamente a culturas alimentares significa que o crescimento resultante das exportações continuará responsável por grande parte da redução da pobreza ao abrigo do cenário do CAADP, apesar da baixa elasticidade do crescimento da pobreza desses sectores. Existe uma variação considerável em termos da importância das diferentes culturas em diferentes partes do país, o que significa que as estratégias de desenvolvimento deviam ser desenvolvidas a nível sub-nacional tomando em consideração como as prioridades de crescimento sectorial variam a nível provincial e como interagem e contribuem para os objectivos de desenvolvimento nacional. A transformação económica genuína está estancada, uma vez o sector da agricultura estar a espera de mais investimentos e maior qualidade nos mercados e tecnologias para os pequenos agricultores; remoção de constrangimentos impostos pelos mercados financeiros e terra; um sector público mais eficaz; e emergência de um sector privado mais dinâmico.

## 2. Políticas Macroeconómicas e Taxas Reais de Câmbio

Políticas comerciais e macroeconómicas constituem um aspecto crucial da estratégia de desenvolvimento, influenciando os preços relativos dos serviços e bens comerciais e não comerciais. Essas políticas afectam também, directamente, os produtos agrários comerciais, tais como o milho e caju, influenciando, portanto, em grande parte, os rendimentos agrários e pobreza rural. Conforme demonstrado abaixo, durante a maior parte das últimas duas décadas, as políticas macroeconómicas de Moçambique, conforme reflectidas nas taxas reais de câmbio, não tem sido favoráveis à produção de bens e serviços comerciais, tendo, portanto, criando entraves ao crescimento e transformação estrutural de longo prazo.

A taxa real de câmbio (TRC) mede o preço relativo dos bens e serviços comerciais e não comerciais e pode ser definido da seguinte fórmula:  $TRC = NTC * PT / PNT$ , onde NTC é a taxa de câmbio nominal medida em unidades da moeda local pela moeda internacional, PT é o preço mundial de bens e serviços comerciais em moeda internacional comum (tipicamente um índice como a média ponderada do índice dos preços do produtor dos parceiros comerciais) e o PNT é a medida dos preços domésticos de bens e serviços não comerciais, tais como índice do preço do consumidor doméstico. Durante o período de 2000-2010, a taxa de câmbio nominal (meticais/US\$) depreciou-se em uma média de 5.1 por cento por ano, enquanto que os preços internacionais em dólares (medidos com base no Índice do Preço do Produtor dos Estados Unidos) cresceram em 4.0 por cento por ano. Daí que os preços internacionais avaliados em meticais aumentaram em 9.4 por cento por ano, em comparação ao aumento do preço interno de 10.6 por cento e a taxa real de câmbio apreciou-se em uma média de 1.1 por cento por ano (Tabela 1).<sup>2</sup> Ademais, a taxa real de câmbio de Moçambique desde 1995 tem sido relativamente estável. O índice real de câmbio variou entre 93 e 109 (1995 = 100) de 2003 a 2010, uma vez que as depreciações da taxa nominal de câmbio mantiveram-se, consistentemente, próximos com a inflação interna (Figura 1).

Adicionalmente, as regressões de transnacionais por McMillan e Rodrik (2011) sugerem que a taxa real de câmbio de Moçambique entre 1995 e 2005 (avaliados pela comparação directa dos preços dos bens e serviços transnacionais) foi excessivamente valorizada em cerca de 20-40 por cento relativo a um estimado equilíbrio da taxa real de câmbio. Em outras palavras, segundo esta análise, os preços domésticos dos bens e serviços comerciais em Moçambique (e incentivos para a sua produção) foram significativamente mais baixos em relação aos seus valores de equilíbrio.

**Tabela 1: Taxas Nominal e Real de Câmbio de Moçambique, 1995 - 2010**

	Nominal	Nominal	Índice Internaciona	Internaciona	Real
				l	

<sup>2</sup> Moçambique tem um sistema de taxa de câmbio flutuante, mas mantém restrições em relação ao fluxo da moeda estrangeira, incluindo a necessidade de autorização para a compra da moeda estrangeira acima de \$5,000 para algumas transacções (IMF Country Report No. 09/227, Julho 2009). <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2009/cr09227.pdf>  
O banco central também varia a quantidade da moeda estrangeira disponível no mercado interno com vista o alcance dos objectivos macroeconómicos e fixou níveis ajustados de vendas de moeda estrangeira no Mercado interno como forma de influenciar a inflação e a oferta da moeda interna (como nos meados de-2010, FMI 2011).

Versão Preliminar: Favor de não citar

	<b>Taxa de Câmbio</b>	<b>Taxa de Câmbio</b>	<b>I do Preço</b>	<b>Índice de Preço (Mt)</b>	<b>CPI</b>	<b>Taxa de Câmbio</b>
	<b>(Mts/\$)</b>	<b>(1995=100)</b>	<b>(1995=100)</b>	<b>(1995=100)</b>	<b>(1995=100)</b>	<b>(1995=100)</b>
<b>1995-1999</b>	11.3	125.2	80.0	126.4	147.2	87.3
<b>2000-2004</b>	21.2	234.9	86.8	257.2	241.5	107.5
<b>2005-2010</b>	26.7	295.6	110.3	413.1	418.4	98.9
<b>2010</b>	34.0	376.3	117.4	557.0	514.5	108.6
<b>Tendência 1995-2010</b>	8.2%	8.2%	3.0%	11.5%	10.6%	0.9%
<b>Tendência 2000-2010</b>	5.1%	5.1%	4.0%	9.4%	10.6%	-1.1%

**Fonte:** Cálculos dos autores e Estatísticas do Fundo Monetário Internacional.

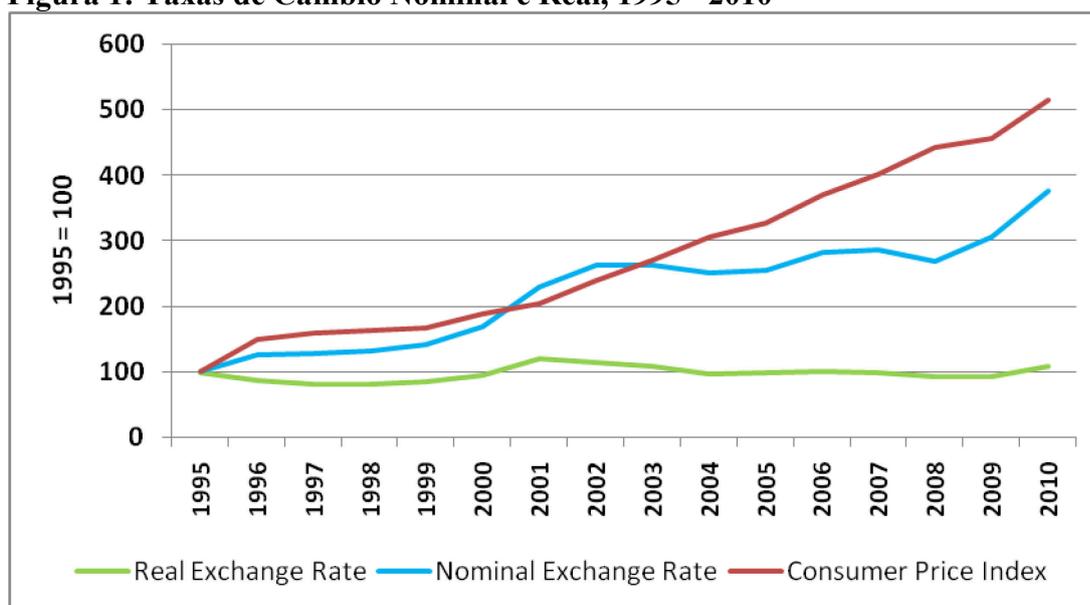
**Tabela 2: Paridade do Poder de Compra de Moçambique, Taxa Real de Câmbio e Subvalorização, 1995 - 2010**

	Taxa Nominal do Câmbio (Mts/\$)	Taxa Real do Câmbio Dólar (EUA) (1995=100)	Índice de PPC da Taxa de Câmbio Real (1995=100)	Taxa de Câmbio de Equilíbrio Real do (1995=100)	Subvalorização (por cento)
<b>1995-1999</b>	11.3	87.3	88.8	129.5	-37.9%
<b>2000-2004</b>	21.2	107.5	112.5	140.7	-22.8%
<b>2005-2010</b>	26.7	98.9	113.8	122.7	-7.5%
<b>2010</b>	34.0	108.6	---	---	---
<b>Tendência</b>					
<b>1995-2010</b>	8.2%	0.9%	2.3%	-0.5%	---
<b>Tendência 2000-2010</b>	5.1%	-1.1%	0.1%	0.6%	---

Fonte: Rodrik (2008).

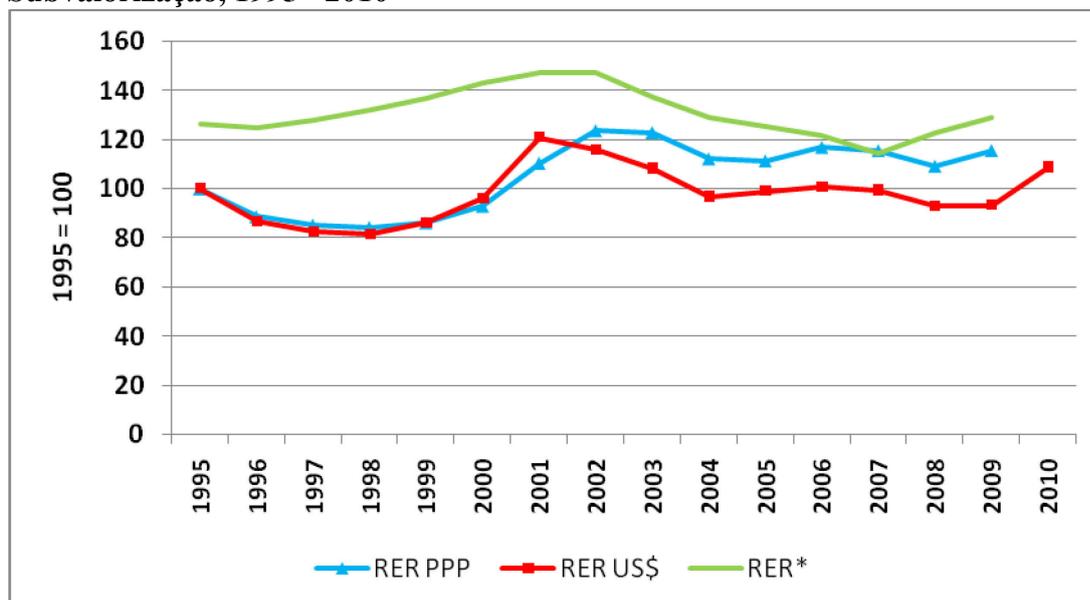
Nota: O índice de PPC da Taxa do Câmbio, Taxa de Câmbio de Equilíbrio e dados sobre a Subvalorização vão até 2009.

**Figura 1: Taxas de Câmbio Nominal e Real, 1995 - 2010**



Fonte: Cálculos dos autores e Estatísticas do Fundo Monetário Internacional.

**Figura 2: Paridade do Poder de Compra de Moçambique, Taxas de Câmbio Real e Subvalorização, 1995 - 2010**



Fonte: Rodrik (2008).

### 3. Modelos e tendências da transformação rural-urbana em Moçambique

Nesta secção descrevemos os recentes modelos sociais, económicos e demográficos da transformação rural-urbana em Moçambique. Na realidade não existe uma demarcação clara entre rural e urbano. As definições variam, mas incluem, geralmente, critérios como o número da população e existência ou não de certos serviços.<sup>3</sup> Essas definições incluem ainda muitos espaços que alguém pode não achar “urbanos” por não parecerem cidades. Isto é típico dos países em desenvolvimento uma vez que muitos pequenos centros urbanos tendem a exibir o que se pode entender como urbano e rural (Satterthwaite e Tacoli 2003). Por exemplo, os residentes nas zonas rurais têm rendimento proveniente de serviços fabris e não apenas agricultura; e os comerciantes urbanos ou processadores estão, intimamente, ligados ao sistema agrário e alimentar. Este é o caso de Moçambique. Os municípios são compostos por estruturas diversificadas de casas de latas e de cimento. A economia é composta por um rico mosaico de actividades económicas formais e informais tanto em áreas rurais assim como urbanas, onde a renda familiar depende, muitas vezes, de actividades agrárias e não agrárias.

<sup>3</sup> De facto, em Moçambique, diferentes agências do governo usam definições diferentes. O Ministério da Administração Estatal (MAE) define áreas urbanas com base nos seus níveis do desenvolvimento socio-económico e cultural. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) define uma área urbana com base na proporção da terra devotada ao uso “urbano”. Por sua vez, O Instituto Nacional de Estatística (INE) calcula a urbanização com base em enumerações urbanas. Estas áreas tinham sido identificadas como urbanas e os limites ou as fronteiras destas unidades mantiveram as mesmas nos censos de 1997 e 2007. Consequentemente, mesmo se uma área rural tiver se tornado predominantemente “urbana” até 2007, a área permaneceu classificada como rural se tal tiver sido a sua designação em 1997. As definições são mais complicadas uma vez que uma área rural ou urbana, conforme a definição do censo, pode conter uma localidade definida diferentemente. Por outro lado, uma localidade, como um distrito, pode conter áreas urbanas e rurais.

Felizmente, uma definição rigorosa do que é urbano e rural não é necessário neste artigo. Entretanto, é importante reconhecer-se que transformação ocorre num conjunto complexo de vectores demográficos, sectoriais e espaciais e que as estatísticas apresentadas para “urbano” e “rural” não representam regiões claramente divididas. Pelo contrário, os termos reflectem simples julgamentos das divisões feitas em algum ponto no contínuo rural-urbana.

### **3.1. Urbanização**

Em termos demográficos, a urbanização em Moçambique tem sido relativamente rápida com crescimento devido ao aumento natural e emigração rural. As estimativas das Nações Unidas sugerem que a população urbana aumentou de 2 por cento em 1950 para 13 por cento em 1980 e para 40 por cento em 2010 (Tabela 3). Até 2025, Moçambique poderá atingir um índice histórico, juntando-se América Latina em maior número da população urbana (Montgomery 2008). Em geral, Moçambique está a urbanizar-se mais rápido do que a média da África Austral mas menos rápido do que a média da África Oriental (Figura em Anexo A.1).

Actualmente, a taxa anual do aumento da população urbana é de cerca de 3 a 4 por cento, uma redução substancial de 10 por cento por ano registado nos anos de 1970, quando os residentes nas zonas rurais fugiam a guerra. A população rural está, actualmente, a crescer em cerca de 1 por cento por ano e crescerá muito menos em 15 a 20 anos (ONU 2010). Cerca de 10 por cento (cerca de 2.3 milhões da população) vive na área de Maputo-Matola, a região da capital localizada na parte mais meridional do país.

Se a urbanização em Moçambique prosseguir tal como em outros países da África Subsaariana, irá verificar-se muito crescimento devido à transformação e reclassificação dos antigos bairros rurais situados nas periferias de maiores áreas urbanas e devido ao aumento natural nas cidades e não migração (Kessides 2005; Crush, Frayne e Grant 2006). As migrações circular e sazonal tendem a ser os mais importantes e a migração internacional, sobretudo da população residente nas áreas rurais para as minas da África do Sul, é, particularmente, importante em Moçambique.

A urbanização não tem, necessariamente, gerado impactos positivos significativos. Algumas áreas urbanas têm desenvolvido mais do que outras, sobretudo Maputo e cidades da região sul e o desenvolvimento das infra-estruturas, sobretudo da habitação e estradas, não crescido. A região sul, a mais rica e urbana, está, igualmente, a fortalecer os seus laços económicos com a África do Sul, uma situação que poderá reduzir a demanda de alimentos e produtos agrícolas da zona norte, que é mais agrícola. Como veremos, as últimas estatísticas sobre a pobreza indicam que as áreas urbanas, em geral, não têm sido os motores do crescimento de emprego e que a pobreza urbana continua alta. Ademais, mesmo se as economias urbanas possam criar mais postos de emprego, a maioria da população pobre moçambicana continuará nas áreas rurais ainda por um longo período.

**Tabela 3. População Rural e Urbana: Estimativas e projecções, 1950-2050**

<b>Ano</b>	<b>População total (em milhares)</b>	<b>População real (em milhares)</b>	<b>% Rural</b>	<b>População urbana (em milhares)</b>	<b>% Urbano</b>
1950	6 442	6 289	98	153	2
1960	7 646	7 366	96	280	4
1970	9 449	8 903	94	546	6
1980	12 138	10 547	87	1 591	13
1990	13 543	10 686	79	2 857	21
2000	18 249	12 649	69	5 601	31
2010	23 406	14 410	62	8 996	38
2020	28 545	15 338	54	13 208	46
2030	33 894	15 695	46	18 199	54
2040	39 185	15 379	39	23 805	61
2050	44 148	14 399	33	29 750	67

Fonte: ONU 2010.

### 3.2. Índices de Aglomeração

Uma outra forma de olhar para a “urbanidade” é através de um índice de aglomeração (Uchida e Nelson 2010). Este índice procura fornecer uma medida sensível da “urbanidade” que pode variar com o tempo e espaço e comparável entre países. O índice baseia-se em três factores: densidade populacional, a população de um maior centro urbano mais próximo e o tempo de viagem para esse maior centro urbano das áreas distantes.<sup>4</sup> Segundo este sistema de medida, a percentagem da população moçambicana urbanizada cresceu de 15 por cento para 21 por cento (6 pontos percentuais) de 1997 a 2007. Esta percentagem compara-se a da ONU de cerca de 26 por cento da população urbana em 1995 para 35 por cento em 2005 (ONU 2010)<sup>5</sup>. Isto reflecte o foco do índice de aglomeração em cálculo da área de influência (geralmente maior) de um centro urbano “maior” e não na definição administrativa.

Conforme demonstrado na Tabela 4, algumas províncias, no sul e centro do país, particularmente Gaza e Sofala, tornam-se mais urbanizadas ao longo do tempo. A província de Gaza aumentou de 16 por cento em 1997 para 30 por cento em 2007 e Sofala de 19 por cento para 36 por cento. As províncias menos urbanas são Tete (11 por cento), Cabo Delgado (9 por cento) e Inhambane e Zambézia (10 por cento).<sup>6</sup> Consequentemente, na região norte, 13 por cento da população vive em áreas urbanizadas enquanto que quase 3 vezes mais-38 por cento da população na zona sul vive nas áreas urbanas. De facto, das províncias do sul com a excepção de Inhambane, mais de uma em cada quatro pessoas vive numa área urbanizada. Esta distinção é importante. Conforme demonstrado na Tabela A.1, Segundo os padrões regionais, Moçambique (21.2 por cento), no seu todo, está mais urbanizado do que (17.6 por cento) e Suazilândia (19 por cento), mas muito menos urbanizado do que Tanzânia

<sup>4</sup> Locais são categorizadas como urbanas se a área tiver uma densidade populacional superior a 150 pessoas por km<sup>2</sup> estando localizada a uma hora de tempo de viagem para uma cidade de pelo menos 50,000 pessoas.

<sup>5</sup> Os dados do censo nacional do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) indicam que a população era 28.5 por cento urbana em 1997 e 30.3 por cento urbana em 2007 (INE 1999; INE 2008a). Este pequeno aumento é pouco provável e pode ser resultado do facto de o censo ter mantido as classificações das áreas do censo (como urbano ou rural) no censo de 1997 e 2007.

<sup>6</sup> A constatação estranha de que Maputo Cidade não é 100 por cento urbano deve-se ao facto de haver algumas áreas que fazer parte da Unidade Administrativa de Maputo Cidade situadas há mais de uma hora do centro da cidade. Isto deve-se, provavelmente, a barreiras das águas (Baía de Maputo) ou outras anomalias topográficas.

(26 por cento), Zâmbia (30.5 por cento), Zimbabué (33.2 por cento) e África do Sul (49.4 por cento). Ademais, o sul de Moçambique está em segundo depois da África do Sul nos níveis de urbanização dizem respeito (Tabela A.1).

Tempo de Viagem. O tempo de viagem para cidades com pelo menos 50,000 pessoas é uma componente particularmente interessante deste índice. Não só indica a urbanização como revela também a ligação entre as áreas rurais e urbanas. Reduzir o tempo de viagem melhora as ligações de mercados, que deviam melhorar a eficiência dos mercados e fomentar maior crescimento económico e melhoria do bem-estar. A figura 3 mostra as actuais redes de estradas e linhas-férreas em Moçambique. O único maior progresso nesta frente durante as décadas foi a melhoria da qualidade de estradas (e talvez na qualidade das linhas férreas mas esta informação não existe). A extensão das redes de linha-férrea e de estradas permaneceu inalterado desde a independência. Contudo, a melhoria da qualidade das estradas nos últimos anos ajudou na redução do tempo de viagem para as maiores cidades para a maioria da população.

A comparação das figuras 4a e 4b, que mapeiam o índice de aglomeração, mostra um incremento significativo em termos de acessibilidade entre 1997 e 2007. Em 1997, aproximadamente 23 por cento da população viajava durante 3 horas para uma cidade de pelas 50,000 pessoas, entretanto, este número aumentou para 40 por cento em 2007 (cálculos não demonstrados). Parte desta melhoria é devido ao facto de Moçambique ter, actualmente, mais cidades com mais de 50,000. Em 1997, Moçambique tinha 19 cidades com mais de 50,000 habitantes e 33 cidades com mais de 20,000. Em 2007, havia mais quatro cidades com mais de 50,000 pessoas (23 total) e mais 19 cidades com mais de 20,000 (52 total). A figura 5 mostra o crescimento e o aparecimento de novas cidades entre 1997 e 2007, com as novas cidades em vermelho. Este crescimento nas pequenas e médias cidades está a ocorrer em grandes rotas de transportes. Estes corredores de transporte ligam as cidades, que beneficiam, seguidamente, de economias de escala e maior variedade de bens e serviços.

Existem diferenças significativas regionais no que a ligação diz respeito. Análises adicionais (não mostrados) mostram que cerca de 70 por cento da população no sul pode chegar a uma maior cidade dentro de 3 horas. Pelo contraste, apesar da zona norte possuir mais de dois terços da população total do país, apenas 26 por cento dos habitantes podem ter acesso a uma cidade com pelo menos 50,000 pessoas em 3 horas. Isto deve-se, em parte, pelo facto de a população estar muito dispersa em áreas largas e, em parte, pelo facto de as grandes estradas terem sido construídas para fazerem ligações com portos tal como Nacala a população do interior tanto em Moçambique e países vizinhos de Moçambique. Cinquenta a sessenta por cento dos residentes de Tete e Niassa estão a 5 e 10 horas de uma cidade com 50,000 ou mais pessoas. Entretanto, a situação no norte está a melhorar. Por exemplo, entre 1997 e 2007, a percentagem das pessoas que podiam chegar a uma grande cidade em 3 horas aumentou em mais de duas vezes de 13 por cento para 28 por cento.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Embora a urbanização esteja em curso na área da Beira, as ligações para outros centros urbanos circunvizinhos, como Chimoio, a promessa cidade mais larga, continuam escassas.

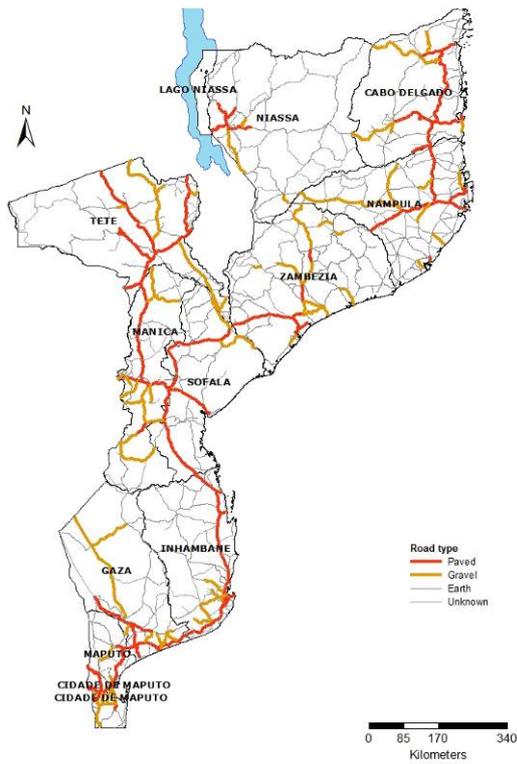
**Tabela 4. Índice de aglomeração: Níveis de urbanização por província e região**

Província	1997		2007	
	População Total (Milhões)	Percentagem Urbana	População Total (Milhões)	Percentagem Urbana
<b>Região Sul</b>	<b>5,355</b>	<b>27.8</b>	<b>6,579</b>	<b>38.2</b>
Maputo Cidade	987	82.9	1,120	98.1
Gaza	1,084	16.2	1,251	29.8
Inhambane	1,150	5.7	1,302	9.6
Maputo Província	820	21.9	1,233	25.8
Sofala	1,314	19.2	1,672	35.6
<b>Região Norte</b>	<b>10,178</b>	<b>8.4</b>	<b>14,045</b>	<b>13.2</b>
Cabo Delgado	1,311	6.9	1,632	8.6
Manica	994	19.5	1,438	21.1
Nampula	3,021	5.3	4,049	14.3
Niassa	769	15.2	1,227	18.3
Tete	1,157	7.2	1,802	11.1
Zambézia	2,926	7.2	3,897	10.4
<b>Moçambique</b>	<b>15,534</b>	<b>15.1</b>	<b>20,624</b>	<b>21.2</b>

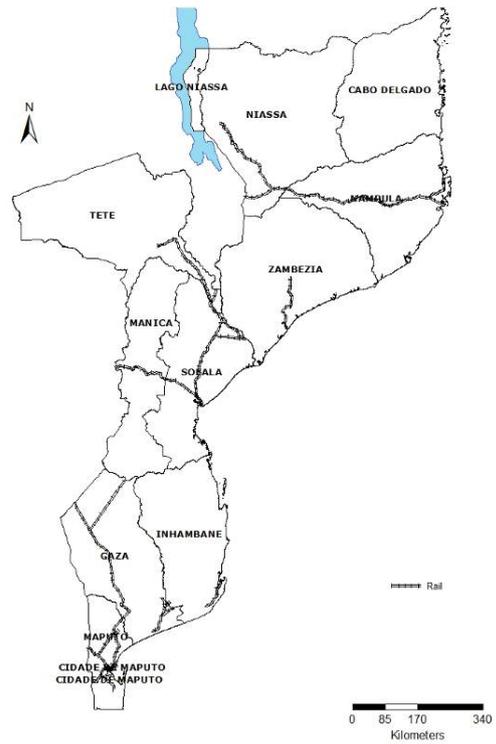
Fonte: Cálculos dos autores.

**Figura 3. Redes de Estradas e Linha Férrea em Moçambique, 2010**

**3a. Estrada**



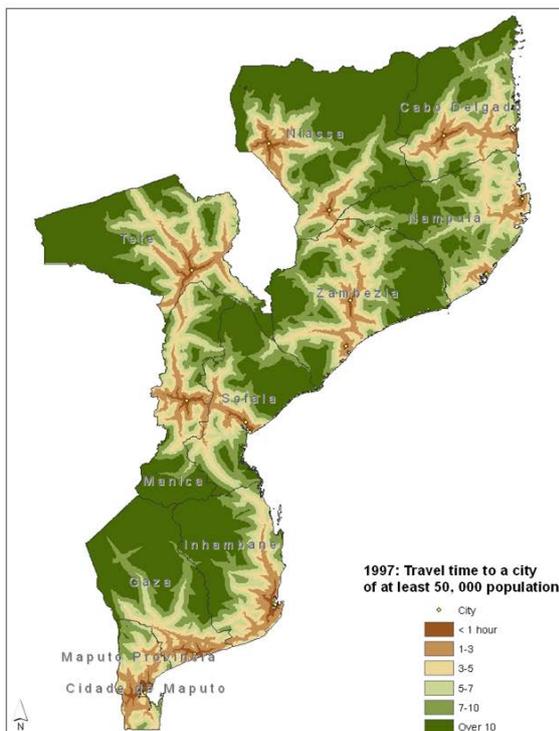
**3b. Linha Férrea**



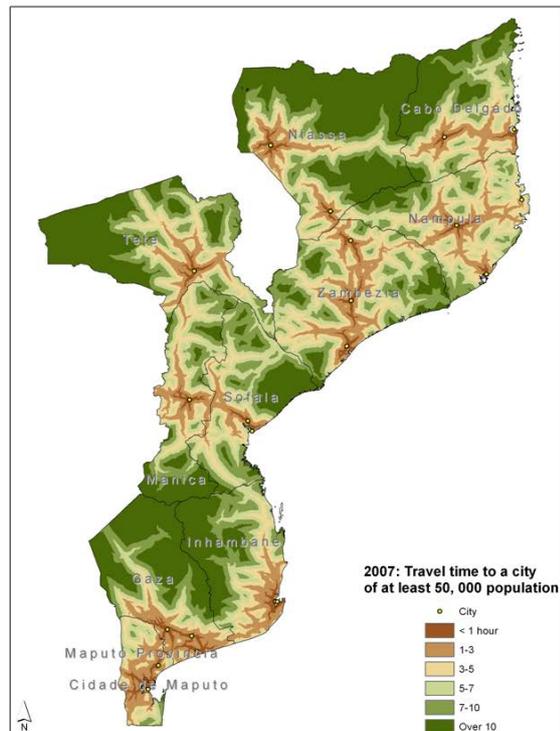
Fonte: Adaptado da Administração Nacional de Estradas, Governo de Moçambique, 2011.

**Figura 4. Tempo de viagem para cidade com pelo menos 50,000 habitantes**

**4a. 1997**



**4b. 2007**

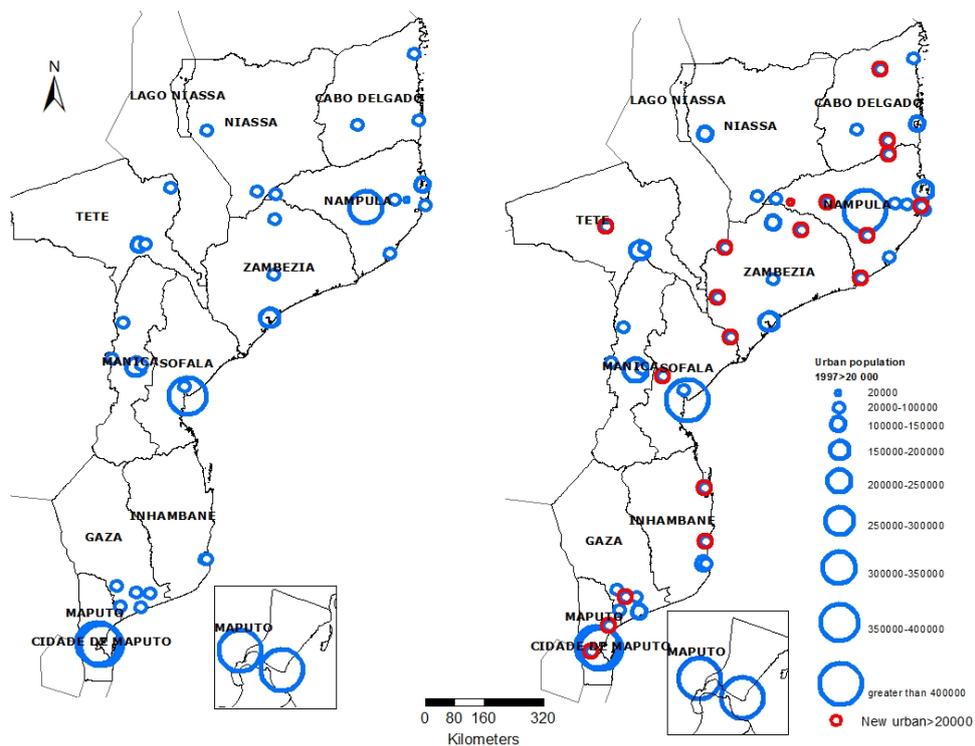


Fonte: Cálculos próprios.

**Figura 5. Mudanças: Cidades com mais de 20,000: 1997 e 2007**

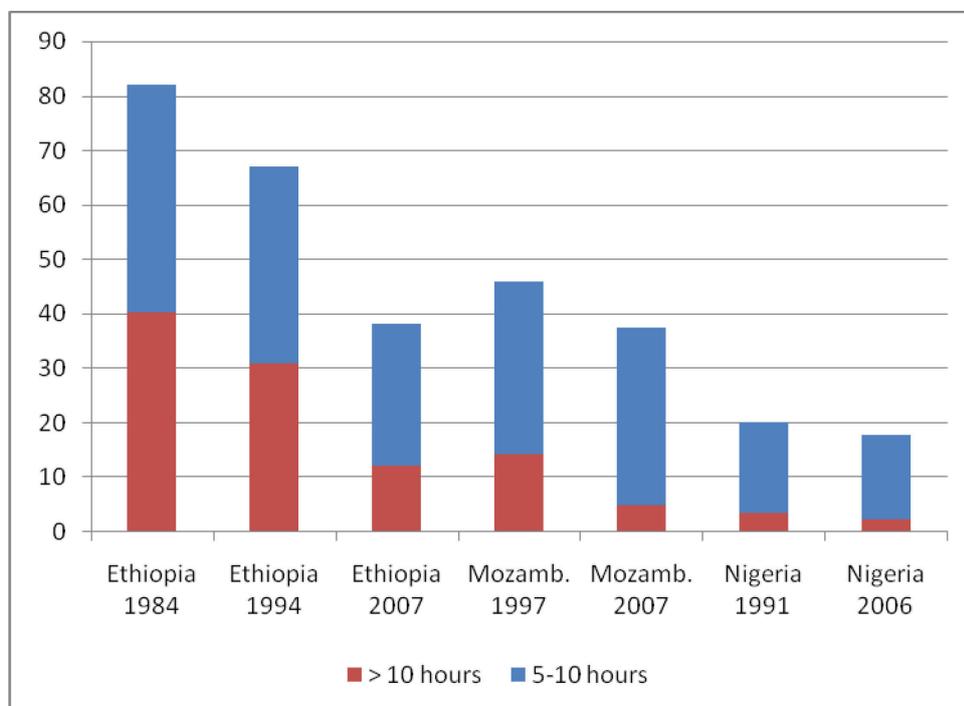
5a. 1997

5b. 2007



Fonte: Cálculos próprios.

**Figura 6. Percentagem da População por Tempo de Viagem para um Aglomerado com 50 Mil Pessoas ou Mais**



Fonte: Schmidt (2011).

**Tabela 5: Percentagem da População por Tempo de Viagem para Aglomeração de 50 Mil Pessoas ou Mais**

	<1 Hora	1-3 Hora	3-5 Hora	5-10 Hora	> 10 Hora
<b>Etiópia</b>					
1984	6.74	1.96	9.22	41.77	40.31
1994	8.38	6.44	18.19	35.96	31.03
2007	12.48	23.56	25.73	26.03	12.20
<b>Malawi</b>					
2008	13.30	69.20	15.90	1.60	0.00
<b>Moçambique</b>					
1997	12.77	20.07	21.17	31.72	14.26
2007	16.77	23.22	22.42	32.55	5.03
<b>Nigéria</b>					
1991	18.51	41.15	20.09	16.68	3.57
2006	19.81	42.33	20.01	15.5	2.35
<b>Uganda</b>					
2002	18.73	46.42	21.63	12.72	0.5
2010	23.15	48.39	21.63	6.29	0.54

Fonte: Schmidt (2011).

### 3.3. Tendências do sector do trabalho

É difícil discutir a questão de emprego em Moçambique com muita confiança. Moçambique não tem estatísticas fiáveis sobre o emprego e grande parte da mão-de-obra está no sector informal e agricultura. O último Inquérito sobre o trabalho (IFTRAB) foi realizado em 2005 (INE 2006). Existe, igualmente, o problema de muitas pessoas estarem envolvidas em trabalhos múltiplos ou sazonais. Podemos ter a certeza, porém, de que a agricultura tem sido o principal empregador da população moçambicana durante as últimas duas décadas (Tabela 6). Uma característica principal do processo típico da transformação é a mudança na partilha de trabalhadores em vários sectores da economia, tais como a agricultura, indústria e serviços. Contudo, tomando em consideração esse aspecto, qualquer transformação tem sido lenta, apesar da urbanização.

**Tabela 6. Emprego nos principais sectores ao longo do tempo (percentagem)**

	1990-95	1996-2000	2001-05	2006-07
Agricultura	81.5	80.8	79.9	76.1
Mineração	0.9	0.6	0.5	0.6
Indústria transformadora	3.8	3.4	3.2	3.2
Energia	0.1	0.1	0.2	0.2
Construção	1.4	2.0	2.2	2.5
Comércio	4.2	6.5	7.7	7.6
Transportes, comunicações e armazenagem	1.2	0.5	0.9	1.1
Outros	6.8	6.1	5.5	7.4

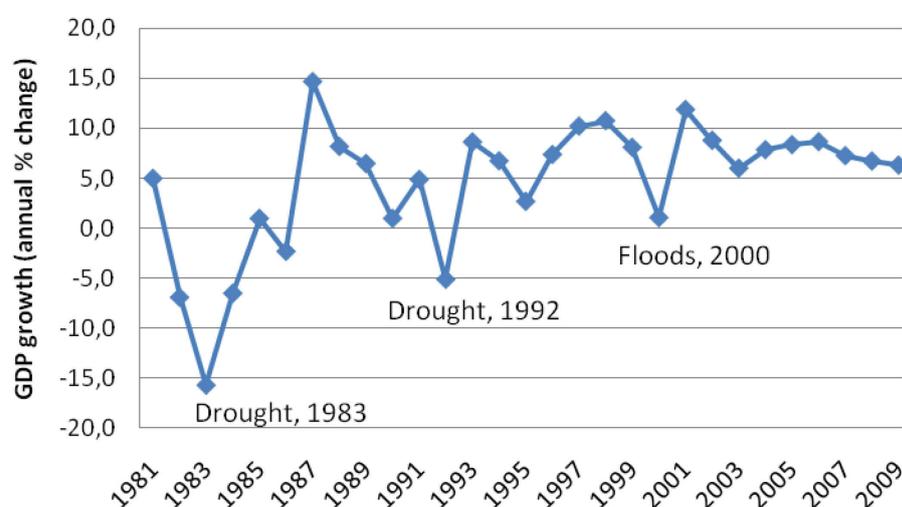
Fonte: Baseado em MPF/UEM/IFPRI 1998; INE 1999; MPF/IFPRI/PU 2004; INE 2006; Brück and van den Broeck 2006; INE 2008a.

A tabela 6 mostra que durante os últimos 15 anos, as proporções de crescimento nos vários sectores mudaram muito pouco, apesar do crescimento económico. Apenas o emprego no sector comercial mudou substancialmente, tendo, praticamente, duplicado de cerca de quatro por cento em 1990-95 para quase oito por cento em 2006-07. A comparação destes dados com os níveis de urbanização mostra que mesmo alguns residentes nas áreas urbanas têm a agricultura como a sua principal actividade. Em 1990-95, cerca de 75 por cento da população vivia em áreas rurais e mais de 80 por cento da população tinha a agricultura como o principal sector de trabalho. O estudo do IFTRAB, realizado em 2004-2005, notou mais desconexão entre o que se designa “ rural” as categorias de ocupação. Este estudo indicou que 86 por cento da população economicamente activa trabalhava na agricultura e 66 por cento da população viva nas áreas rurais. Estes resultados são consistentes com a observação de que muitas áreas classificadas como urbanas em Moçambique continuam, em grande parte, rural e agrícolas pela sua natureza. A diferenciação entre sul e norte também emerge aqui: segundo este estudo, em 2004-05 mais de 90 por cento da população economicamente active trabalhava na agricultura no norte enquanto que no mais urbanizado e diversificado sul, a agricultura era responsável por 72 por cento de empregos (INE 2006).

### 3.4. Tendências do crescimento e contribuição sectorial

A economia de Moçambique está, intrinsecamente, ligada ao bem-estar da agricultura. E, dado que a agricultura em Moçambique depende totalmente da chuva, o bem-estar da agricultura está, intrinsecamente, ligado à temperatura. Entre 1993 e 2008, Moçambique registou uma média de crescimento anual do PIB de 8.2 por cento. Esta foi uma das taxas de crescimento mais rápida em África, embora o crescimento em termos absolutos não tenha sido comparativamente elevado porque o país teve um ponto de partida muito baixo (INE 2010). Devido a secas, chuvas e cheias, tem havido variação significativa ao longo do tempo (Figura 7). Por exemplo, o país foi severamente fustigado por seca em 1983 e 1992, resultando em declínios no crescimento de 15.5 por cento e 5 por cento respectivamente. As cheias de 2000 foram responsáveis pela descida do crescimento do PIB registado naquele ano.

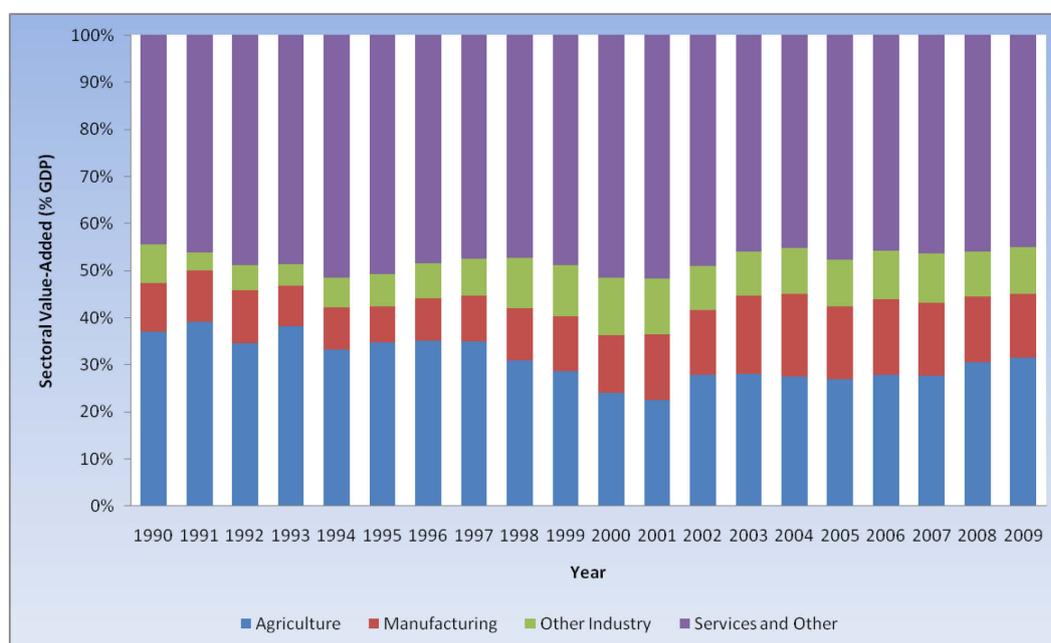
**Figura 7. Percentagem do crescimento anual do PIB 1981-2009.**



Fonte: Banco Mundial 2011a.

Tipicamente em transformação económica, o PIB per capita irá aumentar e a proporção da população engajada na agricultura e a contribuição da agricultura na economia irão reduzir. Em Moçambique, com a paz, o PIB per capita aumentou rapidamente de cerca de USD200 por ano nos princípios e meados dos anos de 1960 para apenas USD400 por ano hoje, 20 anos depois. A contribuição relativa da agricultura no PIB tem variado ao longo do tempo (mais uma vez ligada à temperatura), tendo, contudo, registado apenas uma redução lenta durante esse período, de 37 por cento para menos de 30 em 2008 e 2009. Durante muitos anos de 2000, a contribuição situou-se em meados e mais de 20 (Figura 8). A estabilidade desta estrutura é, até certo ponto, surpreendente, dado o forte crescimento geral ao longo do tempo e as indicações das outras fontes (ex: a pesquisa sobre a agricultura familiar) de que a produtividade agrária é muito baixa.

**Figura 8. Percentagem do valor acrescentado ao longo o tempo por sector económico**



Fonte: Banco Mundial 2011a.

Para os sectores não agrários, as maiores expansões têm se verificado na indústria e área manufactureira, conduzida por vários mega-projectos (Sonne-Schmidt, Arndt e Magaua 2009). No geral, a indústria (incluindo a manufactureira) cresceu de 18 por cento de 1990 para 23 por cento em 2009. A contribuição percentual tinha sido um pouco mais elevada nos princípios dos anos 2000.

A transformação da agricultura para outros sectores está a acontecer lentamente em Moçambique e os sectores não agrários ainda não prometem muito em termos de absorção de quantidades significativas da mão-de-obra laboral. O crescimento no sector industrial deve-se, largamente, a mega-projectos, que têm, muitas vezes, isenções fiscais, que não parecem gerar muitos postos de trabalho a nível local e que podem repatriar os lucros para o exterior. A indústria manufactureira pode exigir habilidades que a mão-de-obra moçambicana ainda não possui; e serviços podem ser gerados pelo governo (com possibilidades limitadas de crescimento), tecnologias como comunicações com investimento no capital e não no trabalho e por um sector de serviço menos pago (taxistas, governantas ou empregadas domésticas).

Os resultados do modelo DCGE dos estudos nacionais do CAADP indicam que se Moçambique poder aumentar, razoavelmente, a sua produção de culturas do actual nível e alcançar a meta preconizada para o crescimento dos subsectores não agrário, a meta do CAADP de 6 por cento do crescimento da agricultura em 2006-2015 pode-se alcançar. Com esta elevada taxa de crescimento, a pobreza pode ser reduzida para 32.6 por cento até 2015 com uma redução adicional de 4.3 pontos percentuais do nível sem crescimento agrário adicional. Isto significa que o elevado crescimento agrário ao abrigo do cenário do CAADP ajudaria Moçambique a alcançar o ODM1 e tirar mais 0.98 milhões de população da linha da pobreza até 2015.

Tabela 7. Taxas de crescimento do PIB na Base e cenários do CAADP

	Taxa média do crescimento anual (%)	
	Cenário da Base 2006-15	Cenário do CAADP 2006-15
<u>PIB Total</u>	6.3	7.0
<u>Sub-sectoros agrários</u>	4.2	6.6
<u>Cereais</u>	3.5	4.7
Milho	3.6	5.0
Arroz	4.1	5.3
Outros cereais	2.5	3.0
<u>Tubérculos</u>	4.7	5.2
Mandioca	4.7	5.2
Outros tubérculos	4.3	4.7
<u>Legumes e leguminosos</u>	3.6	4.3
Legumes & óleos	3.9	4.5
Amendoim	4.2	5.3
Castanha de caju	1.5	1.0
<u>Horticulturas</u>	4.3	5.7
Vegetais	4.3	5.3
Frutas	4.3	5.2
<u>Culturas para exportação</u>	4.7	6.1
Tabaco	1.5	3.5
Algodão	8.3	8.3
Cana-de-açúcar	7.5	7.5
Chá	4.0	5.4
Outras culturas	2.0	5.4
<u>Novas culturas</u>	0.0	765.0
Bananas	0.0	577.5
Cana-de-açúcar (etanol)	0.0	717.4
Jatrofa (biodiesel)	0.0	837.9
<u>Pecuária</u>	5.2	6.0
Gado	6.1	6.7
Aves	4.9	5.8
Outros	5.0	5.7
<u>Pesca</u>	2.0	3.6
<u>Silvicultura</u>	5.3	6.0
<u>Indústria transformadora</u>	5.9	7.2
<u>Outras indústrias</u>	10.0	8.5

---

Serviços	6.5	6.9
----------	-----	-----

---

Fonte: 2003 Matriz da contabilidade social e modelo DCGE de Moçambique, extraído de Thurlow (2009).

### **3.5. Migração Rural-urbana**

Os modelos da migração interna e internacional ainda denotam as marcas da guerra civil, ligações históricas de trabalho com a África do Sul (sobretudo a mineração) e baixos níveis contínuos da produtividade agrária e elevados níveis da pobreza rural. Durante o conflito armado, um grande número de pessoas deslocou-se para as cidades a procura de lugar seguro para viver. Enquanto a migração que ocorreu depois da guerra é mais complexa, existe evidência de três diferentes modelos de migração: rural-urbana, rural-rural e internacional (Dávila et al. 2008; Raimundo 2009). A migração rural-urbana é a mais predominante, com o sul, com as suas grandes metrópoles d Maputo-Matola, como os principais destinos. Nas províncias do sul, 33 por cento da população é proveniente das províncias do centro e norte. Em contraste, apenas 15 por cento da população no norte e cerca de 10 por cento nas províncias do centro é proveniente de outras regiões (Raimundo 2009).

Um estudo realizado em 2008 fornece uma ideia do que aconteceu nas províncias do sul (Galego and Mendola 2010). Os autores olharam para as características individuais dos membros das famílias emigrantes e não emigrantes, tendo verificado que 12 por cento dos indivíduos da amostra trabalhavam fora das suas casas, enquanto seis por cento eram emigrantes regressados, na maioria da África do Sul. Emigrantes regressados eram predominantemente homens em idade activa, geralmente, casados e mais educados do que os não emigrantes. A duração média da migração fora da casa era um pouco menos de um ano e a razão do regresso tinha a ver, principalmente, com a família e o fim do trabalho e férias. Entretanto, 58 por cento dos regressados tencionavam emigrar de novo no futuro. Os emigrantes regressavam uma vez por ano e 45 por cento enviava dinheiro para casa, gasto nas primeiras necessidades tais como comida, roupa e habitação.

Embora possa não ser a forma de emprego preferida por muitos, a procura de emprego na África do Sul continua uma opção devido à limitada capacidade de absorção da economia forma de Moçambique (de Vletter 2007; Raimundo 2009) e do sector agrário. Entretanto, ultimamente, a migração da mão-de-obra para fora das zonas rurais tem sido constrangido pela redução do recrutamento de trabalhadores para as minas pelo governo da África do Sul. Antagonismo acrescido na África do Sul perante os estrangeiros têm obrigado o governo moçambicano a repatriar mais de 30,000 dos seus cidadãos (Kapp 2008). A integração desses trabalhadores na economia moçambicana tem sido difícil uma vez que muitos nunca trabalharão num outro sector senão nas minas durante toda a sua vida.

### **3.6. Bem-estar nas áreas rurais e urbanas: pobreza, nutrição e educação**

As tendências e diferenças nas medidas do bem-estar, que reflectem as oportunidades de renda e acesso a serviços e programas, constituem uma outra indicação da transformação rural-urbana. Uma vez que a noção da pobreza é multidimensional, olhamos para questões monetárias e outros indicadores de bem-estar, tais como a situação Nutricional e educação.

A tabela 8 mostra que a pobreza, em termos de despesa de consume, reduziu substancialmente entre 1996-97 e 2002-03: em cerca de 15 pontos a nível nacional, 16 pontos em áreas rurais e 11 pontos em áreas urbanas. Contudo, entre 2002-03 e 2008-09, a pobreza manteve-se na mesma, com um pequeno crescimento da pobreza rural e uma pequena redução da pobreza urbana (embora as diferenças não tenham sido estatisticamente significativos). A nível regional, as províncias do norte são menos pobres do que as do centro

e sul, embora a pobreza na cidade de Maputo seja mais baixa do que qualquer lugar do país. Estas diferenças entre províncias e as mudanças desde 2002-03 são intrigantes, mas apontam a melhorias nos serviços e produtividade agrária em algumas províncias (como Tete) e o impacto negativo dos desastres naturais, doenças de culturas e a crise nos países vizinhos (Zimbabué) que afectaram o comércio em outras (Sofala e Zambézia)

Tem havido um debate energético em relação à precisão desses dados. Pode acontecer, por exemplo, que os dados de 2002-03 tenham sido calculados de forma excessiva (elevados demais), mas se estiverem correctos, isso mostra que a forma de crescimento de Moçambique não tem sido pro-pobre durante a última década. Talvez o crescimento económico seja conduzido, em grande parte, pelos investimentos estrangeiros com pouco impacto sobre a pobreza. Falta de melhorias na produtividade agrária tem resultados em pouco aumento da renda rural e a importante produção de coco e mandioca foi devastada severamente por doenças. O aumento global dos preços ocorreu, igualmente, durante este período e com o comércio relativamente livre, essa instabilidade de preços foi transferida para Moçambique. Porque os pobres gastam grande parte dos seus rendimentos na comida, esta instabilidade de preços afectou-os desproporcionadamente. O elevado custo de vida nas áreas urbanas – incluindo a recente inflação de alimentos – pode explicar, Parcialmente porque a pobreza urbana continua alta mesmo nas províncias do sul (Tvedten, Paulo e Rosário 2009).

Malnutrição. Apesar do crescimento robusto da economia, a malnutrição infantil continua alta (Tabela 8, Figuras A.2 e A.3). Em 2008-09, quase a metade das crianças moçambicanas sofriam de malnutrição crónica (46.4 por cento); cerca de 7 por cento sofria de malnutrição aguda. Conforme demonstrado na Tabela 8 e Figura A.2, as crianças rurais estavam mais expostas a malnutrição crónica do que as urbanas, embora as urbanas estivessem mais expostas à malnutrição aguda do que as rurais (a diferença não era estatisticamente elevada).<sup>8</sup> As crianças do sul estavam mais expostas à malnutrição crónica do que as do sul. Quase 6 em cada 10 crianças no norte sofriam de malnutrição crónica (Figura A.2).

Os indicadores de malnutrição não são, necessariamente, consistentes com os modelos de pobreza (Tabela 8). Em 2008, a pobreza monetária tinha a tendência de ser mais alta nas províncias do centro, menos baixa no sul e muito mais baixa no norte (59.7 por cento, 56.9 por cento e 46.5 por cento respectivamente). Todavia, a malnutrição crónica é *mais elevada* no norte e mais baixa no sul, com o centro no meio. Os números no norte variam de 45 por cento em áreas urbanas a 57 por cento em áreas rurais, 43 por cento (urbana) e 50 por cento (rural) no centro e 23 por cento (urbana) e 33 por cento (rural) no sul. O contraste com os resultados da pobreza não é totalmente surpreendente uma vez que a ligação entre a malnutrição e a renda é menor. Ademais, a malnutrição crónica representa os efeitos cumulativos de privação, daí que tal diferença em magnitude e ordem é curiosa. Isto aponta, possivelmente, a outros factores que podem ser diferentes dependendo da região tais como educação maternal, prática alimentar e disponibilidade de cuidados de saúde.

---

<sup>8</sup> Malnutrição crónica refere-se a baixa altura para idade e reflecte os efeitos cumulativos dos choques ambientais na Criança. Esta constitui uma boa medida de privação geral ao longo do tempo. Malnutrição aguda refere-se ao baixo peso para altura. Esta medida tende a reflector as actuais condições de saúde e de dita alimentar.

A figura A.3 compara os resultados dos estudos da malnutrição em diferentes períodos. Os estudos não são directamente comparáveis, uma vez que os métodos e as amostras foram diferentes, mas denotam níveis similares da malnutrição e mostram uma redução secular lenta da malnutrição crónica.

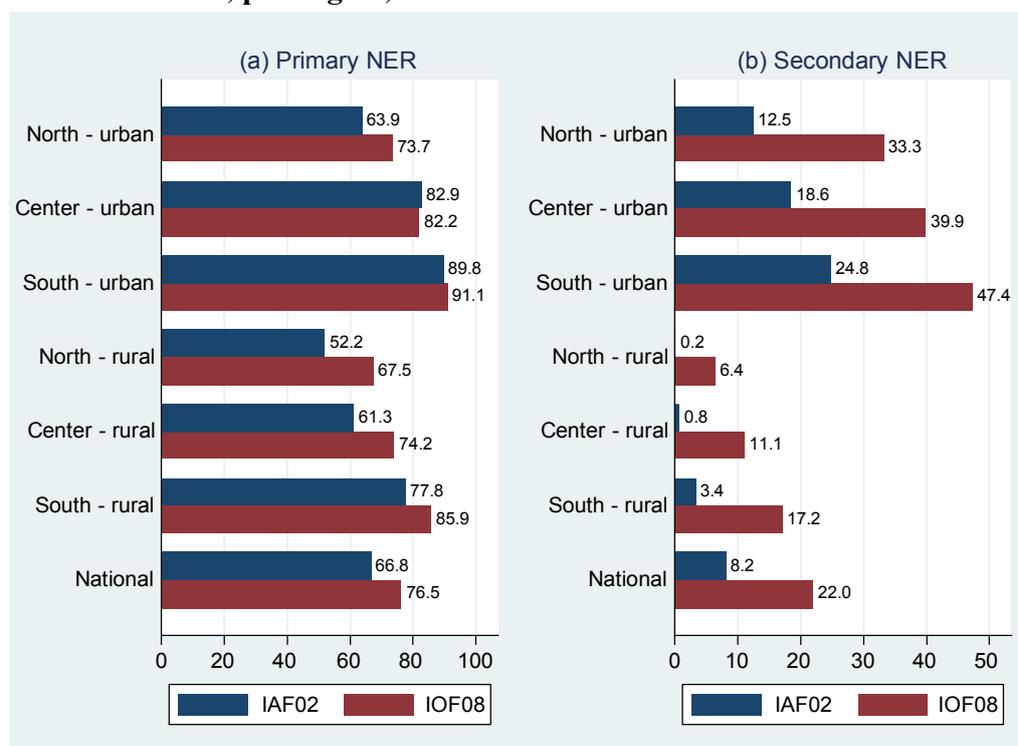
Educação. Moçambique tem registado progressos significativos no aumento das crianças em idade escolar nas escolas (Figura 9). As taxas líquidas de ingresso de crianças com idade escolar no ensino primário (6-13 anos) nas áreas urbanas do norte, centro e sul variam de 74 a 91 por cento, com a taxa mais elevada no sul. As taxas das áreas rurais são mais baixas, mas continuam relativamente, altas, variando de 68 por cento no norte a 86 por cento no sul. As taxas de líquidas de ingressos no ensino secundário (14-18 anos) são mais baixas, com uma diferença substancial entre as áreas rurais e urbanas. Acima de tudo, o acesso ao ensino aumentou muito onde era mais baixa ao longo do período entre os estudos mais recentes sobre a pobreza, reduzindo as desigualdades regionais (MPD/DNEAP 2010).

**Tabela 8. Pobreza e malnutrição, por pesquisa/ano e local**

Descrição/ Pesquisa/ano	Índice de Pobreza			Malnutrição crónica
	1996-97	2002-03	2008-09	2008-09
<b>Nacional</b>	69.4	54.1	54.7	46.4
<b>Urbano</b>	62.0	51.5	49.6	36.4
<b>Rural</b>	71.3	55.3	56.9	49.9
<b>Norte</b>	<b>66.3</b>	<b>55.3</b>	<b>46.5</b>	<b>45-57 (u-r)</b>
Niassa	70.6	52.1	31.9	
Cabo Delgado	57.4	63.2	37.4	
Nampula	68.9	52.6	54.7	
Zambézia	68.1	44.6	70.5	
<b>Centro</b>	<b>73.8</b>	<b>45.5</b>	<b>59.7</b>	<b>43-50 (u-r)</b>
Tete	82.3	59.8	42.0	
Manica	62.6	43.6	55.1	
Sofala	87.9	36.1	58.0	
<b>Sul</b>	<b>65.8</b>	<b>66.5</b>	<b>56.9</b>	<b>23-33 (u-r)</b>
Inhambane	82.6	80.7	57.9	
Gaza	64.6	60.1	62.5	
Maputo Província	65.6	69.3	67.5	
Maputo Cidade	47.8	53.6	36.2	

Fonte: MPD/DNEAP 2010. Nota: Estatísticas reais sobre a malnutrição crónica não existem a nível provincial. Os dados dizem respeito a urbana (u) e rural (r) em cada região

**Figura 9. Taxas Líquidas de Ingressos (NER), ensino primário e secundário, nas áreas rurais e urbanas, por região, 2002-03 e 2008-09**



Fonte: MPD/DNEAP 2010.

Nota: IAF02 e IOF08 são avaliações da pobreza familiar realizadas em 2002-03 e 2008-09, respectivamente.

## **4. Explicando a transformação rural-urbana em Moçambique**

Acima descrevemos a transformação rural-urbana através, em grande parte, de uma das nossas vertentes nomeadamente como áreas rurais estão a mudar ou a tornar-se mais semelhantes a áreas rurais. Fizemos uma revisão dos modelos de urbanização, crescimento sectorial e emprego, tendências da migração e diferentes aspectos do bem-estar em áreas rurais e urbanas. Os principais resultados dessa análise são três. Primeiro, Moçambique está a transformar-se de forma relativamente lenta. Segundo, existe uma diferença substancial entre norte e sul. O sul está mais urbanizado e mais “ligado” do que o norte. O sul tem, igualmente, mais população educada com índices mais baixos de malnutrição. Surpreendentemente, a pobreza continua, porém, totalmente elevada mesmo no sul, ligada, talvez, ao elevado custo de vida. Terceiro, embora tenha havido uma redução substancial da pobreza nos anos de 1990, esta redução ficou estagnada entre 2002 e 2008. Nesta secção, procuraremos explicar estes três factos através da análise da transformação da agricultura e a economia, a luz, particularmente, das políticas e estratégias de desenvolvimento, despesas públicas e migração e diversificação económica.

### **4.1. Desenvolvimento Agrário**

Moçambique é um país extenso (796,000 quilómetros quadrados) com uma abundância de terra e recursos hídricos, bom acesso à costa e zonas agro-ecológicas férteis que deviam permitir a produção de uma variedade de culturas e pecuária (de Marrule 1998; Green et al. 2006; Brück e Schindler 2009). De facto, as regiões norte e centro estão, particularmente, aptas para a produção de culturas e a região sul para a pecuária. Entretanto, apenas 10 por cento dos seus 36 milhões de hectares potencialmente aráveis é cultivada (Figura A.4) e a produtividade agrícola continuam nos níveis dos anos de 1960 (Mosca 2011).

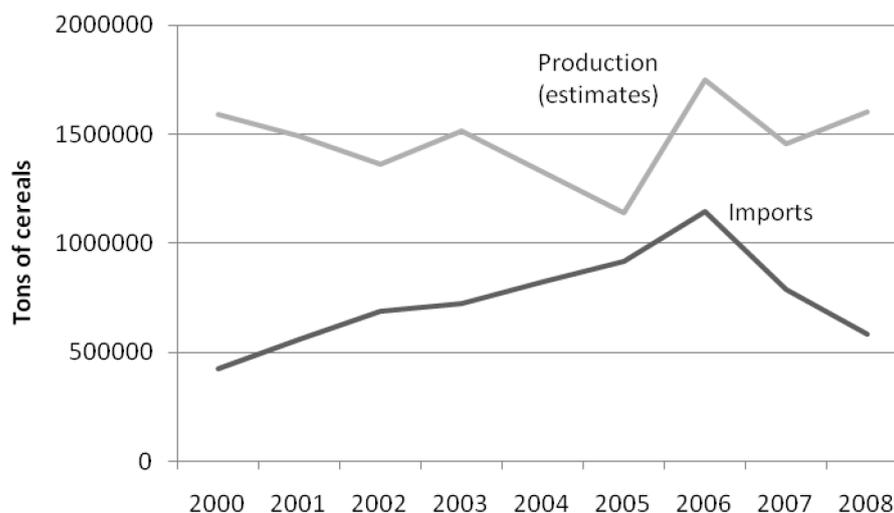
A tabela 2 mostra as tendências da produção de alimentos em Moçambique entre 2002 a 2008. A tabela usa os dados mais fiáveis para a agricultura em Moçambique, O Trabalho do Inquérito Agrícola (TIA) que tem sido realizado anualmente desde 2002. Esses dados mostram que a produção de quase todas as principais culturas alimentares não tem acompanhado o crescimento da população (milho, mexoeira, ervilha e mandioca) ou até reduziu (arroz, mapira e amendoim). A produção de alimentos per capita registou um crescimento negativo. A figura 10 mostra as estimativas da FAO em relação à produção de cereais e tendências de importações em Moçambique (FAO 2011). A produção doméstica tem variado, reflectindo as adversidades climáticas, mas sem sinais reais de uma tendência ascensional.

A produção de cereais per capita reduziu nos últimos anos. Consequentemente, o índice do total de cereais importados tem aumento quase continuamente em Moçambique, atingindo níveis muito altos nos meados dos anos 2000. As importações reduziram um pouco nos últimos anos. Muitos cereais importados são consumidos no sul, particularmente, na Cidade de Maputo. Embora Maputo não receba quantidades insignificantes de cereais feijões provenientes do centro e norte, a produção doméstica é, claramente, insuficiente para satisfazer a demanda da região sul. As tendências na produção de tubérculos (ex: mandioca) que também constituem uma principal fonte de calorias em Moçambique mostram que estas culturas são um pouco mais favoráveis em relação à produção de cereais (Tabela 1.3). A elevada dependência em cereais importados coloca os consumidores nas áreas rurais e urbanas vulneráveis à flutuação dos preços internacionais. A fraqueza das infra-estruturas de mercados que podiam fazer a ligação entre a demanda urbana no sul e as áreas agrícolas do

centro e norte e o desenvolvimento de boas redes de estradas entre o sul e a África do Sul significa que o sul olhará mais para a África do Sul para satisfazer a demanda.

Em relação à produção não agrícola, a FAO estima que aumentou em 700 por cento de 1994 a 2004 (apesar de começar, geralmente, de uma base baixa). Em contraste, a produção de alimentos aumentou em apenas 70 por cento, devido, grandemente, à expansão da área cultivada (FAO 2011). Alguns sub-setores,

**Figura 10. Produção de cereais e tendências de importações, 2000-2008**



Fonte: FAO 2011.

como tabaco e açúcar o talvez a Jatrofa, podem provar serem maiores motores do crescimento no futuro.

Porque o desempenho da agricultura é tão fraco? A produção agrícola em Moçambique sofre da falta de acesso e disponibilidade de mercados, serviços do governo e tecnologias melhoradas. Ademais, a produção agrícola em Moçambique é quase dependente, totalmente, da chuva, entretanto a chuva é irregular e mal distribuída. Moçambique sofre quase todos os anos de secas e cheias, sendo as secas mais predominantes nas províncias do sul e cheias mais comuns nas províncias do norte e centro. Portanto, a variabilidade da chuva constitui o principal constrangimento à produção agrícola e uma explicação da variabilidade dos rendimentos das culturas de uma época a outra. Alguns investimentos em irrigação de larga escala têm sido verificados no sul, mas, em geral, grande parte dos agricultores não rega os seus campos de cultivo. A recolha da água e tecnologias de conservação continuam, claramente, escassos (Boughton et al. 2006).

A falta da força de trabalho e mecanização podem constituir, igualmente, principais constrangimentos à maior produtividade. O tamanho médio da terra cultivada é muito pequeno (menos de 2 hectares para uma família de cerca de 5 pessoas), contudo, Walker et al. (2004) afirma que em 2002 a maior parte dos agricultores disse que podia aumentar o tamanho das suas terras de cultivo se quisesse. Os observadores advertem que, de facto, até agora muitos agricultores usam a enxada para cultivo e outros métodos podem ser necessários para a extensificação agrícola. Esses métodos incluem o uso da tracção animal e tractores

mecanizados. A tracção animal é, porém, mais adequada para as províncias do sul e parte das províncias do centro menos adequadas para a agricultura. Isto deve-se ao facto de, nas províncias do norte, o gado ser susceptível à doença endémica da mosca tsé-tsé, limitando, desta forma, a expansão das áreas cultivadas com o uso da tracção animal (Alfredo et al. 2005). Tractores mecanizados podem, igualmente, ser mais adequados para usos no sul, onde as estradas e o acesso a oficinas de manutenção e combustível são melhores (Cungara e Hanlon 2010). Os observadores apontam, igualmente, que a força de trabalho pode surgir como um constrangimento para a sacha melhorada e que a falta de acesso ao crédito pode restringir o acesso a insumos ou trabalho assalariado que podiam promover o cultivo de terras maiores.

O uso de outros insumos é também extremamente baixo (Tabela 9). Menos de 10 por cento dos agricultores usa fertilizantes, pesticidas, irrigação, crédito ou serviços de extensão (Langyintuo and Mekuria 2005), um grande desequilíbrio nos serviços de extensão (Walker et al. 2004; ECON Analysis 2005; Gêmo, Eicher e Teclemariam 2005; Mather 2009; Cungara e Hanlon 2010; Cungara e Moder 2011) e fraco acesso a mercados (Crawford, Jayne e Kelly 2005; Minde, Mazvimavi e Manussa 2010; Uaiene, Arndt e Masters 2009; Arndt e Tarp 2001; Arndt et al. 2000; Massingue et al 2004; Tostão e Brorsen 2005; Mather, Boughton e Jayne 2011; Cirera e Arndt 2008; Cungara e Darnhofer 2011). Para muitas culturas, a produção real é de cerca de 20 a 30 por cento do seu potencial, com a excepção da mandioca (Tabela A.3). Estes factos sugerem que a agricultura moçambicana precisa de investimento sustentado em múltiplas frentes, sobretudo o desenvolvimento de mercados de insumos e produção agrícola, incluindo finanças, uma vez constituir um pré-requisito para a adopção de tecnologias melhoradas.

O caso da produção de milho sugere que a melhoria é possível mesmo nas actuais condições. Um estudo sobre a produção do milho entre 1996 e 2008 verificou que o quintil de rendimento inferior dos produtores do milho correspondeu a menos de dois por cento da produção total, enquanto o quintil superior correspondeu a mais da metade (Cungara e Kelly 2009). Famílias em quintis elevados tiveram elevados níveis de produção porque cultivaram terras maiores e obtiveram elevada produção. A produção total do milho no quintil superior em 2008 foi de aproximadamente 44 vezes maior do que a do quintil inferior, mas a área total cultivada (de milho e todas as outras culturas) foi apenas quase duas vezes maior. Isto mostra que estes agricultores foram capazes de ter acesso a mais terra, mais força de trabalho, maquinaria ou outros insumos.

**Tabela 9. Características da produção agrária em Moçambique, 2002-2008**

Descrição	2002	2008	$\Delta$ 2002-2008 (por cento)
Área cultivada ('000 hectares)	4,185	5,602	33.9
Número de pequenas e médias terras ('000)	3,127	3,725	19.1
Tamanho médio da terra de cultivo (hectares)	1.3	1.5	12.4
Tamanho do agregado familiar (número médio dos membros)	5.0	5.1	2.0
População rural (milhões)	12.4	15.1	21.5
Chefes de famílias com 4ª classe (%)	31.1	42.3	36.0
Beneficiários de serviços de extensão (% terras de cultivo)	13.5	8.3	-38.5
Uso de fertilizantes químicos (% de terras de cultivo)	3.8	4.1	7.9
Uso de pesticidas (% de terras de cultivo)	6.8	3.8	-44.1

Uso da irrigação (% de terras de cultivo)	10.9	8.8	-19.3
Beneficiários de crédito (% de terras de cultivo)	2.9	2.6	-10.3

Fonte: Adaptado de MPD/DNEAP (2010).

## 4.2 Políticas de mercado e Preços

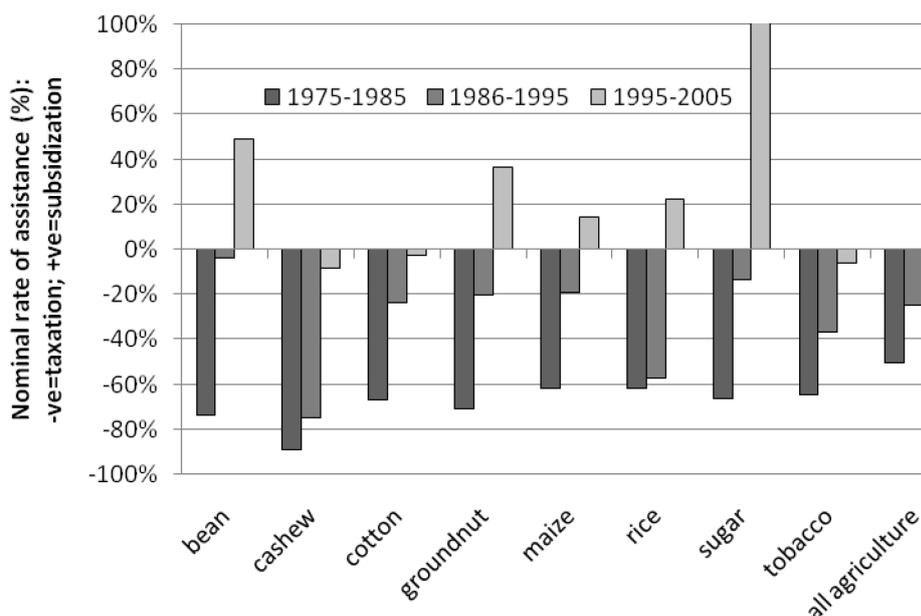
### 4.2.1 Era colonial e período da guerra civil

A agricultura tem sido afectada pelas políticas de mercado. A era colonial e o período da guerra civil tiveram três características importantes relevantes para a transformação rural-urbana de Moçambique, sobretudo a diferença norte-sul. Durante o período colonial, as províncias do norte e centro eram quase totalmente rurais e baseadas em grandes plantações nas áreas do centro e culturas de rendimento no norte (Silva 2007). Alguma urbanização aconteceu nas províncias do sul onde grande parte dos portugueses se estabeleceu (Olsefski 2009). As culturas de rendimento eram exportadas através do porto de Nacala, localizado na região norte do país, mas as províncias do norte tinham pouco incentivo para as ligações económicas com o resto do país. Os Portugueses, sobretudo os comerciantes, centravam-se mais nos países do interior no oeste de Moçambique do que no comércio e desenvolvimento agrário no norte. As linhas férreas saíam de portos da Beira e Nacala para o actual Malawi, Zâmbia e Zimbabué. Durante a guerra de libertação, mesmo este desenvolvimento de infra-estruturas ficou estacionado. A ponte ligando as províncias do norte e centro sob o rio Zambeze, por exemplo, foi planificada antes da independência, mas só ficou concluída 34 anos depois.

O investimento não retornou depois da independência devido à guerra civil (1976-1992). A guerra civil acelerou as diferenças entre o norte e o sul. Logo depois da independência, o governo começou com a ‘socialização’ das áreas rurais. Isto envolveu a concentração forçada da população rural em aldeias comunais e grandes machambas estatais, muitas das quais pertenciam a empresas coloniais (Mosca 2011). O modelo da agricultura estatal fornecia fracos incentivos para o investimento para aumentar a produtividade, sobretudo porque o governo cobrava, implicitamente, impostos ao sector agrário.

A figura 11 mostra isto em forma de taxas nominais de assistência ou tributação a culturas comerciais, com taxas negativas representando tributação líquida e taxas positivas que medem a concessão de subsídios líquidos. Antes das reformas de ajustamento estrutural em 1987, o governo cobrou impostos a agricultura através da regulamentação dos preços dos produtores e apoiando uma taxa de câmbio valorizada excessivamente. A regulamentação dos preços dos produtores era feita através do órgão de comercialização (AGRICOM) através da qual cereais eram vendidos. Este órgão estabelecia os preços do consumidor e produtor pan-territorial e pan-temporal que estavam abaixo dos níveis do Mercado livre. As grandes plantações e empresas de processamento e comercialização pertenciam também ao Estado. Embora a AGRICOM tenha funcionado até certo ponto, na prática a AGRICOM não tinha os recursos para controlar por completo os preços e muitos bens eram vendidos no mercado paralelo. Este sistema impedia os agricultores de verem preços genuínos do Mercado e minava os incentivos para a produção (Alfieri, Arndt, and Cirera 2007; Mosca 2011).

**Figura 11. Taxa Nominal de Assistência (TNA) a agricultura, anos seleccionado (1975-2005)**



Fonte: Anderson 2008.

#### 4.2.2 Período Pós-conflito

Próximo do fim da guerra civil, o governo começou a engajar-se nas reformas orientadas para mercado. Neste período, os preços e a comercialização foram, gradualmente, liberalizados e uma nova estrutura de impostos e baixas taxas de importação foram introduzidas. Muitas empresas estatais de agricultura foram privatizadas.<sup>9</sup> A taxa de câmbio foi permitida a flutuar. Hoje, Moçambique, geralmente, permite o comércio livre para bens normalmente comerciais bem como para os principais produtos alimentares (milho, mandioca, arroz, mexoeira). Em momentos, o governo pode emitir indicativos, directrizes de preços não vinculativos (Alfieri, Arndt e Cirera 2008; Mosca 2011).

Em combinação com os efeitos da liberalização da taxa de câmbio, essas reformas resultaram em elevados índices de taxas nominais da assistência para agricultura (TNA) durante este período, embora as taxas tenham permanecido negativas em média.<sup>10</sup> Isto verificou-se no caju, tabaco e arroz até os meados dos anos 90 (Figura 11). Desde então, as taxas de importação foram ainda reduzidas e simplificadas.<sup>11</sup> O principal imposto é o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), de 17 por cento. Este imposto não é, efectivamente, cumprido em produtos agrícolas domésticos, funcionando, essencialmente, como uma taxa de importação de 17 por cento para os produtos agrícolas (o que explica, largamente, a taxa

<sup>9</sup> De princípio a liberalização pode ter sido uma “boa” política económica, mas também afectou negativamente os sectores de processamento agrícola encerrando a maioria da sua indústria. Muitas fábricas de processamento de caju, foram por exemplo fechadas, destruindo milhares de “bons” empregos, principalmente nas zonas urbanas (McMillan, Horn, and Rodrik 2003).

<sup>10</sup> Se uma tarifa de um produto importado é a única distorção, os seus efeitos nos incentivos dos produtores podem ser medidos como a taxa nominal de apoio directo á produção da machamba (NRA). Esta figura dá uma única medida de indicador de assistência directa e indirecta do (ou cobrança de impostos do) sector de agricultura.

<sup>11</sup> Desde 2006, os produtos agrícolas foram sujeitos a uma tarifa de impostos de 20 por cento, com a excepção daqueles produtos considerados matéria prima ou produtos alimentares básicos. O milho, arroz e sementes de algodão que pagam justamente 2,5 por cento da tarifa. O açúcar paga 7,5 por cento (Anderson 2006; Alfieri, Arndt, and Cirera 2007; Anderson et al. 2008). O comércio privilegiado com outros países da SADC não começou para produtos agrícolas até 2007.

nominal de assistência positiva nos anos 1995-2005). A taxa de câmbio também é permitida a flutuar, podendo, portanto, haver um imposto implícito (ou subsídio). (Alfieri, Arndt, e Cirera 2008; Mosca 2011).

Conforme foi mostrado, as culturas que eram subsidiadas nos anos 1995-2005 incluem açúcar, feijão, amendoim, arroz e milho, com intervenções de exportação apenas para algumas culturas (caju, tabaco e algodão). As intervenções de exportação, geralmente, tinham como objectivo apoiar a indústria local de processamento. As taxas nominais de assistência foram de zero para várias culturas, mas positivas (isto é, subsídios líquidos) para açúcar, feijões, amendoim, milho e arroz. Somente no caju e o tabaco é que se aplicava imposto no geral.

Os subsídios de produção não fizeram parte, geralmente, da política, durante este período. Contudo, no âmbito do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), o governo introduziu subsídios directos para sementes, fertilizantes, equipamento e maquinaria agrícola, mas este programa alcança menos de 10 por cento dos produtores. Esta situação poderá mudar num futuro próximo, já que o governo planeia fornecer insumos altamente subsidiados, particularmente sementes e fertilizantes com vista a acelerar a adopção das tecnologias modernas pelos agricultores que produzem as culturas alvo (milho, arroz, trigo, mandioca e soja) bem como a produção de aves domésticas.

### **4.3 Despesas do Governo**

Estes factos desencorajadores sobre a agricultura moçambicana indicam que os esforços do governo em melhorar a agricultura não têm sido efectivos. Isto não é sobre a necessidade de haver estratégias sobre agricultura em documento. A tabela A.4 faz uma lista das maiores estratégias e programas do governo no período pós-independência. Para além das estratégias de redução da pobreza mais genéricas, existem várias estratégias especificamente para agricultura, incluindo o PROAGRI II, a Estratégia da Revolução Verde, a Estratégia do Desenvolvimento Rural e o Plano da Acção para a Produção de Alimentos. Uma nova Estratégia para o Desenvolvimento Agrário (PEDSA) está perto de ser aprovada para substituir a actual, que data desde 1996. O processo de transformação rural em Moçambique parece, deste modo, travado não apenas pelo pouco investimento mas também pela ineficácia na implementação e qualidade limitada de investimentos que são feitos.

As despesas orçamentais do governo em agricultura estão significativamente abaixo da meta de 10 por cento do CAADP, dos 6 a 7 por cento do orçamento do governo geralmente e somente 3 a 5 por cento nos últimos anos. Grande parte do orçamento do governo tem sido alocado a educação, estradas e saúde. Enquanto estes investimentos têm algum benefício para a agricultura (certamente as estradas), eles não constituem um substituto aos investimentos na agricultura (Tabela 10).

As despesas totais na agricultura aumentaram de 2001 mas desde então até ao último ano em que temos os dados (2007), flutuaram sem tendências claras (Figura 12). As despesas do Ministério da Agricultura (MINAG) têm sido, realmente, estáveis em termos reais e têm

contribuído com cerca de 50 a 70 por cento das despesas públicas, sujeitas a variações das outras fontes.<sup>12</sup>

Existem, possivelmente, várias razões da ineficácia das despesas públicas na agricultura em Moçambique. Primeiro, a capacidade do governo para as análises e implementação a nível nacional e local é fraca. Isto é complicado pelo facto de o governo estar, neste momento, a procurar fazer a descentralização administrativa. O objectivo da descentralização é conceituado, mas há problemas significativos relacionados com a implementação associados a fracos incentivos, fraca capacidade e politização das despesas.<sup>13</sup>

O modelo especial de despesas também parece estar em desproporção com a importância da agricultura ou da população. Os níveis de despesas nas duas províncias mais populosas, Zambézia e Nampula, em Moçambique, são baixos em comparação com as restantes províncias (Tabela A.5). Porque as despesas do governo são reportadas pela instituição e não pela categoria funcional, torna-se difícil avaliar a qualidade das despesas. O dinheiro usado para a investigação é, geralmente, afunilado através de instituições específicas daí que temos alguma informação sobre as despesas nesta categoria chave. O governo gasta cerca de 6 milhões de dólares (140 milhões de Meticais) por ano, cerca de 4,1 por cento de despesas de agricultura registadas e 0,24 por cento do PIB da agricultura que está abaixo dos padrões internacionais na investigação (Walker et al. 2006).

Quais são as implicações do sub desenvolvimento da agricultura na transformação rural – urbana? Primeiro, sem ganhos significativos na produtividade e rendimento familiar, os moçambicanos nas zonas rurais têm pouca capacidade para diversificar os seus rendimentos através de investimentos não agrários e pouco rendimento disponível para aumentar a demanda e promover o crescimento de bens e serviços não agrários. Segundo, os baixos níveis de produção significam que os consumidores dependem muito de importações. Isto enfraquece mais as ligações entre a demanda de consumidores nas zonas urbanas e rurais e o desenvolvimento das zonas rurais nacionais que podiam fornecer os produtos.

---

<sup>12</sup> Essas fontes incluem agências autónomas tais como FDA (Fundo do Desenvolvimento da Agricultura), GPZ (Gabinete de Planificação de Zambézia), projectos de irrigação de alta escala localizados em Massingir e Chókwè, DNPDR (Direcção Nacional para a promoção do Desenvolvimento Rural) e OIIL (Fundo do Desenvolvimento de Iniciativas Locais).

<sup>13</sup> Organizacionalmente, o pessoal do Ministério ao nível local não responde apenas às autoridades nacionais mas também às autoridades distritais e provinciais em termos de actividades e despesas. Esses técnicos poderão não partilhar as mesmas prioridades como ao nível nacional. A expressão mais visível dos esforços da descentralização é o OIIL (Fundo de Investimento das iniciativas locais), quase conhecido por “7 milhões.” Este programa aloca 7 milhões de meticais (ou cerca de 200.000 dólares) para cada distrito anualmente. A transferência é feita na forma de uma concessão em bloco. A gestão cabe à discrição dos conselhos distritais, embora o dinheiro deve ser gasto na criação de postos de emprego e no desenvolvimento da agricultura. Na teoria esta estrutura devia fazer com que as despesas respondessem mais às necessidades locais; na prática, a reserva dada às autoridades locais significa que elas podem responder mais às preocupações pessoais e políticas.

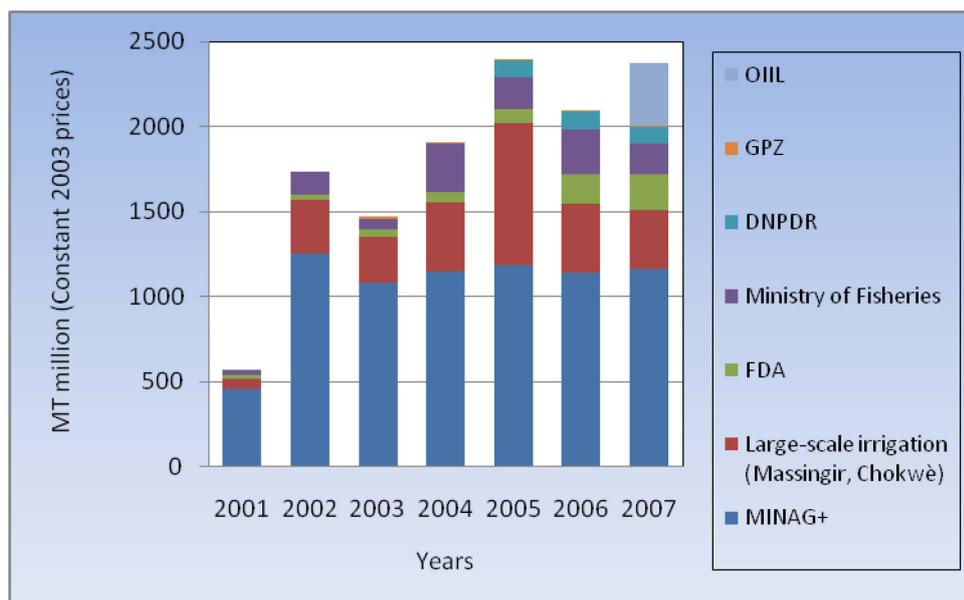
**Tabela 10. Despesa Total do Governo (Percentagem) por Sector**

Sector	1999	2000	2001	2002	2003	2006	2007
Educação	16.1	19.8	23.3	18	17.8	20.3	21.6
Saúde	13.4	12.9	9.9	12.6	14.9	13.9	13.4
Infra-estruturas	13.3	15.7	17.4	16.5	11.8	16.8	14.1
Agricultura e desenvolvimento rural	5.2	6.3	3.4	5.5	6.9	4.6	3.7
Governança, segurança, sistema judicial	8.9	7.8	7.7	7.7	8.9	8.1	8
Outros sectores	43.1	37.5	37.8	38.9	39.4	36.3	39.2

Fonte: FMI 2004 e Ministério das Finanças 2011.

Notas: Os valores excluem os pagamentos de juros. Os Dados sobre as despesas reais não estão disponíveis para os anos 2004 e 2005

**Figura 12. Despesas públicas na agricultura, 2001-2007 (valores constantes de 2003)**



Fonte: Banco Mundial 2011b.

#### 4.4 Crescimento nos sectores não agrários

Enquanto a maioria da população moçambicana trabalha na agricultura ou em actividades muito relacionadas, a transformação implica a sua transição para outros sectores. Nas actuais condições não promissoras para a agricultura e uma estrutura de produção estática (ver a Figura 8), o que está a acontecer com os sectores não agrícolas? O que pode ser a sua contribuição para transformação?

Conforme mencionamos na introdução, o mega-projectos financiados por investimentos estrangeiros constituem um elemento fundamental da actual estratégia do crescimento económico de Moçambique. O primeiro desses foi a empresa de fundição de alumínio Mozal, na província de Maputo, criado com um investimento de 2.1 biliões de dólares pelo capital australiano e sul-africano. Isto fez com que Moçambique se tornasse num dos maiores exportadores de alumínio a nível mundial. Outros mega-projectos incluem o gasoduto a partir da província de Inhambane para África de Sul e um investimento total de \$950 milhões de dólares em minas de titânio e fundições. Até aos finais de 2010, nove mega-projectos foram estimados num total de \$9.82 biliões de dólares de investimento, criando cinco a seis mil empregos directos e centenas de contractos para prestação de serviços (Sonne-Schmidt, Arndt, e Magaua 2009).

A tabela 11 mostra a contribuição desses mega-projectos para PIB de uma forma indirecta. Todos os projectos estão sob a categoria da indústria mineira, produção e utilidades, embora estes projectos tenham também alavancado o sector da construção. Em 1994 a contribuição industrial para o PIB era de apenas 8 por cento, mas a partir de 2009 passou para 20.4 por cento, com a construção a aumentar mais 4 por cento. Grande parte deste crescimento deve-se aos mega-projectos. Sonne-Schmidt, Arndt e Magaua (2009) estimam que estes projectos contribuíram com cerca de 12 por cento da expansão económica de 2002 a 2006, enquanto que a indústria contribui 20 por cento. Os mega-projectos contribuem substancialmente para as receitas de exportação, talvez cerca de 50 por cento em 2006 (Sonne-Schmidt, Arndt e Magaua 2009). E pode haver outros benefícios tais como melhoria de infra-estruturas (ex: o porto de Maputo) e o clima geral de investimento. Embora a indústria seja pequena, contribuiu tanto quanto a agricultura no crescimento geral.

**Tabela 11. Fontes sectoriais do crescimento económico: 1994-2009**

	Agricultura	Indústria (incluindo mega projectos)	Construção	Grossistas e Retalhistas	Transporte, armazenamento, comum.	Outros
Contribuição do Sector: 1994	31.3%	8.0%	2.1%	16.3%	10.2%	32.3%
Contribuição do sector: 2009	27.1%	20.4%	3.3%	16.0%	10.8%	22.7%
Taxa de crescimento	164.2%	676.1%	378.6%	199.3%	225.6%	114.5%
Taxa de crescimento com base na comparticipação de 1994	51.4%	54.3%	8.1%	32.6%	23.0%	37.0%
Contribuição ao crescimento económico total	25.0%	26.4%	3.9%	15.9%	11.2%	18.0%

Fonte: Cálculos próprios das Nações Unidas 2011.

Notas: A indústria inclui a mineira, produção e utilidades.

A contribuição dos mega-projectos para a redução da pobreza é. Contudo, muito baixa. Por exemplo, as províncias do sul absorveram a maioria deste investimento estrangeiro directo (FDI), mas teve pouco ou nenhuma redução da pobreza nos últimos anos. Isto deve-se, provavelmente, ao facto destes projectos gerarem pouco emprego relativamente aos outros sectores (ver a tabela 6, que indica que a comparticipação do emprego não mudou muito nos

últimos anos) e contribuem pouco para as receitas do governo, que podiam ser usadas para investimento. Finalmente, porque os mega-projectos foram atraídos através da não cobrança de impostos, a sua contribuição para as receitas do governo é bastante pequena em relação àquilo que é o seu tamanho de produção. Por exemplo, a Mozal e outros, o imposto padrão de rendimento de 32 por cento foi substituído por um imposto fixo equivalente a 1 por cento das suas exportações em 2006 (Sonne-Schmidt, Arndt, Magaua 2009). Consequentemente, enquanto que o crescimento do investimento estrangeiro não é necessariamente prejudicial, o crescimento conduzido pelo investimento estrangeiro directo (FDI), em Moçambique, não é pró-pobre e pode significar que os fazedores de políticas ignorem os sectores lentos de economia porque as taxas do crescimento económico geral parecem impressionantes.

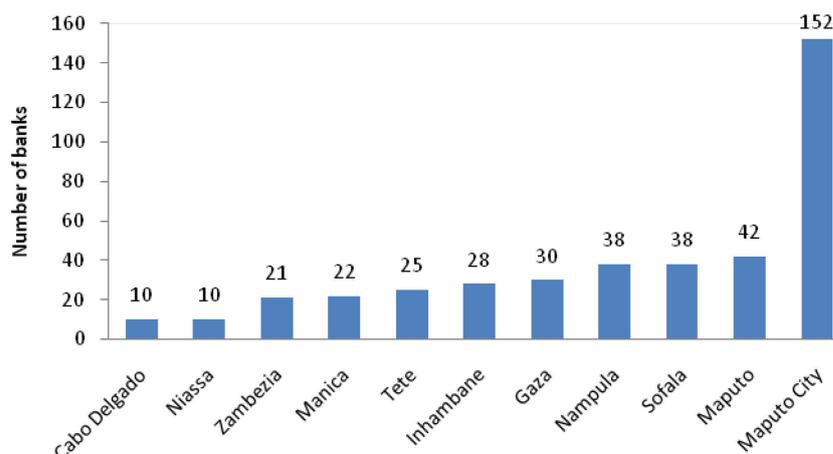
Para além da agricultura, as empresas não agrárias são também lentas. A tabela 12 reporta os resultados de estudo de empresas realizado pelo Banco Mundial (World Bank 2011c). Embora Moçambique compare-se favoravelmente a região em várias dimensões, as firmas moçambicanas parecem estarem altamente com o capital estrangido e também encaram barreiras administrativas e regulatórias significativas. A Figura 13 também mostra a fraca infra-estrutura financeira, principalmente fora da cidade de Maputo. Mais uma vez, o acesso aos bancos é, geralmente, melhor no sul do país. A área de micro-finanças registou alguma expansão em Moçambique, mas o sector ainda está desenvolvida (de Vletter 2006). As firmas também mencionaram o fornecimento de energia como um problema maior ou severo, embora isso pareça ser um menor estrangimento relativamente à situação nos outros países africanos.

**Tabela 12. Constrangimentos Auto-reportados (Pesquisa de empresas de 2007)**

Percentagem de Firms que indicam como Maior Constrangimento	Moçambique	Africa	Todos os Países
<b>Constrangimentos não infraestruturas</b>			
Administração de impostos	15.8	26.9	23.7
Licenciamento e autorização de inicio de negócios	13.7	16.2	15.5
Crime, roubo e desordem	33.6	28.8	25.9
Acesso às finanças	50.1	44.8	30.7
Regulamentos comerciais e aduaneiros	12.2	21.8	16.9
Regulamentos laborais	6.0	8.7	11.7
<b>Constrangimentos de Infra-estruturas</b>			
Número de cortes de energia num mês típico	3.0	10.5	9.0
Número médio de incidentes da insuficiência de água num mês	2.3	7.2	6.3
Demora nas ligações de água (dias)	34.1	29.5	34.3
Demora na obtenção da ligação da linha telefónica (dias)	5.0	30.7	25.4
Demora na obtenção da ligação eléctrica (dias)	12.7	31.2	36.8

Fonte: Banco Mundial 2011c.

**Figura 13. Número de bancos por província**



Fonte: Banco de Moçambique 2011

#### **4.5 Migração, diversificação de rendimentos e ligações agrárias e não agrárias**

A Migração em Moçambique facilitou a transformação rural-urbana. Os modelos da migração colonial foram, amplamente, influenciados por factores impulsionadores tais como o imposto de palhota, *Xibalo* (sistema colonial de trabalho forçado), seca e fome. Mais tarde, pelo emprego na África do Sul, particularmente no sector mineiro que era a escolha preferida para a geração de recursos pelos homens moçambicanos das zonas rurais do sul (e muitas vezes das zonas urbanas), (de Vletter 2007). Depois da independência o fracasso do desenvolvimento comunal para estimular o desenvolvimento rural deu um outro impulso aos habitantes rurais de emigrarem para as cidades (Raimundo 2009). E a pobreza rural, relacionada aos contínuos níveis da produtividade agrícola foi um “factor impulsionador” durante o período da independência.

Para os emigrantes internos, Dávila et al. (2008) argumentam que o movimento permanente entre as zonas rurais e urbanas pelos indivíduos trabalhadores e membros de agregados familiares é a parte central das estratégias de meios de subsistência. Eles também destacam fragilidades nas cadeias de produção agrícola e nas infra-estruturas subjacentes, cujo ambos parecem incapazes de apoiar o comércio em longas distâncias, com a excepção de mercados de grandes cidades no norte (ex: Nampula ou Nacala), ou aqueles próximos aos centros de maior produção, tais como aqueles na África do Sul. A isto deve se acrescentar as próprias estratégias dos meios de subsistência dos agricultores numa crescente economia monetária. Em particular, a migração sazonal ou temporária pode ser uma estratégia útil para a obtenção de dinheiro para o pagamento de serviços e bens básicos geralmente encontrados nas cidades e vilas.

Finalmente, os desastres naturais também desempenham um papel. O Instituto Nacional de Gestão das Calamidades estima que durante 20 anos até 2003, entre 100.000 a 2,5 milhões foram internamente deslocadas devido a cheias e secas (Raimundo 2009). Enquanto os números exactos não são conhecidos, a maioria dessas pessoas desalojadas foram deslocadas nas zonas urbanas. No geral, a migração em Moçambique é um fenómeno impulsionador conduzido pelos baixos níveis de produtividade e comercialização na agricultura e choques climáticos periódicos.

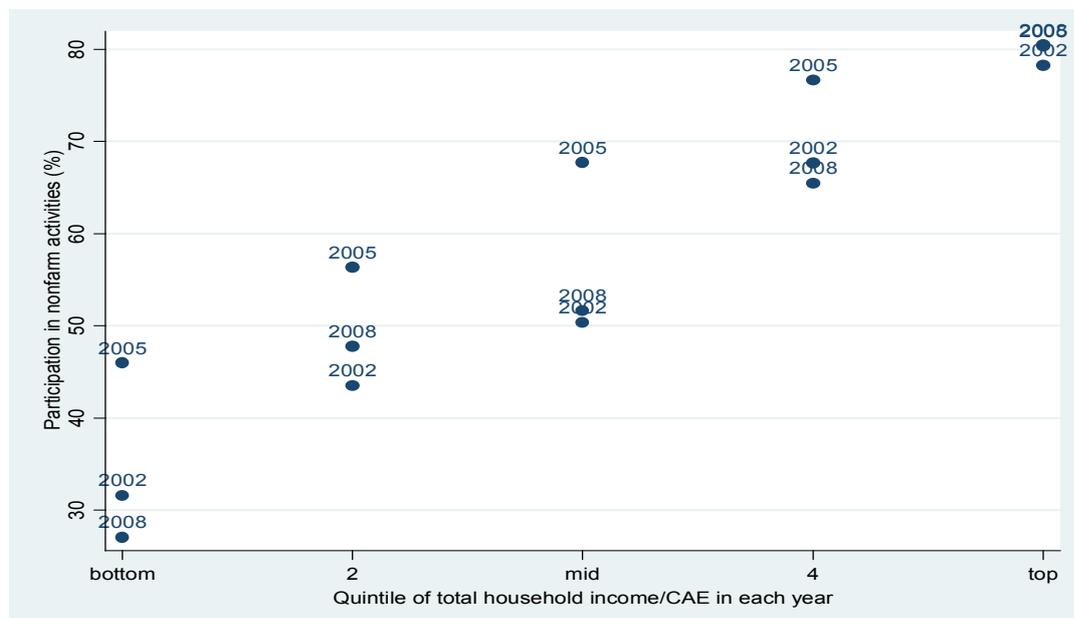
Os baixos níveis de produtividade podem também incitar os habitantes rurais a diversificarem as suas fontes de rendimento, embora haja, mais uma vez há uma distinção regional com sul a oferecer mais oportunidades do que o norte. Por exemplo, os pequenos agricultores nas províncias do sul podem ser obrigados a diversificar fora da agricultura porque eles cultivam relativamente pequenos campos (machambas). O transporte e o acesso a mercados são relativamente melhores no sul e os níveis de educação e alfabetização são elevados, para que o contexto seja mais favorável às actividades de geração de rendimento não agrária (Cungara e Darnhofer 2011). Ao mesmo tempo, os residentes das províncias do sul, historicamente, têm uma ligação próxima com a África do Sul, fornecendo a mão-de-obra para as minas. Como resultado, os residentes das províncias do sul recebem mais remessas dos familiares que trabalham na África do Sul do que os residentes das outras províncias. Este rendimento adicional pode desempenhar um papel importante em ultrapassar algumas das barreiras pela participação do sector não agrário (Thirtle, Lin, Piesse 2003).

No geral, o Banco Mundial estima que Moçambique recebeu 111 milhões de dólares em remessas formais em 2009, elevado substancialmente dos 69 milhões de dólares em 2005. Para a comparação, Moçambique recebeu cerca de 600 milhões de dólares em FDI em 2009 e 2 biliões de dólares em ajuda externa (Banco Mundial 2011a).

Em adição às diferenças regionais no rendimento não agrário, o modelo de diversificação fora da agricultura parece para diferir pela qualidade das épocas agrícolas. Os agricultores no quintil inferior do rendimento do agregado familiar tendem a participar em actividades não agrícolas como estratégias para fazer face a consequências da seca, enquanto que os agregados no quintil superior engajam-se em actividades não agrícolas, na sua maioria, como uma estratégia permanente de meio de subsistência (Figura 14). Por exemplo, a participação nas actividades não agrícolas foi elevada para todos os grupos de rendimento no ano de seca de 2005, embora a participação em actividades não agrícolas (quando comparar os três anos) seja, significativamente, mais pequena para o grupo do rendimento elevado. A diversificação de rendimentos através da participação contínua em actividades não agrícolas pode ser, portanto, uma forma de sair da pobreza (Cungara, Langyintuo e Darnhofer 2011).

Este resultado é consistente com os outros estudos que demonstram uma correlação positiva e significativa entre a riqueza e a geração de rendimento através de actividades de geração de rendimentos não agrários (Reardon 1997; Barrett, Reardon e Webb 2001; Walker et al. 2004; Benfica 2006; Mather, Cungara, Boughton 2008). Isto pode estar relacionado com a incapacidade dos pobres em engajarem-se em actividades de elevado retorno, que tendem a exigir investimentos iniciais. Essas barreiras da entrada nas actividades com elevado retorno podem ser colmatadas através da posse do gado, que é muita das vezes uma fonte de bens (Osahr et al. 2008). Assim, os programas que promovem a posse de gado são prováveis de terem um impacto significativo na redução da pobreza (Walker et al. 2004). Na elaboração desses programas, as questões de equidade devem ser tomadas em conta para se assegurar de que os agregados familiares mais pobres, principalmente os menos instruídos e chefiados por mulheres, beneficiem, uma vez serem os que mais enfrentam dificuldades no acesso às actividades com elevado retorno (Cungara, Langyintuo e Darnhofer 2011).

**Figura 14. Agregados engajados em actividades não agrícolas (percentagem), por ano e quintis de rendimento**



Fonte: Cungara, Langyintuo, and Darnhofer 2011.

A Diversificação pode também ocorrer dentro do próprio sistema de produção agrícola do agregado. Boughton et al. (2006) observam que os agregados rurais aumentaram o número médio de culturas que cultivaram entre 1996 e 2002. Os dados mostram um aumento na percentagem de agricultores que cultivam gergelim e tabaco. Estas culturas de rendimento estão, geralmente, associadas à alta participação nas actividades não agrícolas. Benfica (2006) documenta que no Vale de Zambeze, os agricultores que cultivam algodão e tabaco gastam mais dinheiro em produtos não agrícolas. Resultados semelhantes foram reportados antes por Tschirley e Benfica (2001). Isto sugere que os programas de desenvolvimento deveriam apoiar a dupla natureza de rendimentos que os agregados rurais conseguem através de ambas as actividades, a produção agrícola e outras actividades.

Uma forma potencial de encorajar esta transformação e melhorar os rendimentos rurais é através do grande apoio do investimento no agro-processamento e infra-estrutura de mercados (Cunguara and Darnhofer 2011). Por exemplo, nas províncias do sul, os agregados chefiados por mulheres são mais prováveis de se engajarem em actividades de moagem e agro-processamento do que as suas contrapartes masculinas. Dado que esses agregados estão, geralmente, entre os mais pobres, os investimentos em empresas de agro-processamento nas zonas rurais e uma melhor ligação dessas empresas aos centros urbanos através de melhorias em infra-estruturas de mercado poderá beneficiar ambos os pobres rurais e urbanos. De uma forma geral, os agregados chefiados por mulheres parecem engajar-se em actividades não agrícolas que não exijam viagens distantes e que permitam uma gestão flexível do tempo, tais como o corte de lenha, capim, estacas e folhas de palmeiras, actividades de moagem e agro-processamento ou a recolha de mel e frutas silvestres. Isto pode estar associado com o papel da ocupação da mulher num agregado, bem como outros potenciais barreiras para terem o acesso ao emprego remunerado.

## **5. Conclusões: Em direcção a uma transformação rural-urbana mais efectiva?**

Este documento destacou vários factos perturbadores e, algumas vezes, intrigantes sobre a transformação rural-urbana em Moçambique. No que concerne à primeira das nossas vertentes sobre a transformação, podia-se dizer que “a urbanização” vem para as zonas rurais. Moçambique está de facto a urbanizar-se devido a uma combinação do crescimento populacional, migração rural-urbana e ligação melhorada. A ligação melhorou e reduziu o tempo de viagem, ligações melhoradas nos centros urbanos, seus mercados e seus serviços. Passos significativos foram dados para aumentar o acesso à educação. Embora não mostrada, sabemos que a cobertura da rede celular e as clínicas são também mais abundantes. Mais ainda, uma análise dos movimentos reais de taxa de câmbio em Moçambique entre 1995 e 2010 sugere que os políticos macro económicos têm sido favoráveis para a produção de bens comerciais e serviços, promovendo, deste modo, a transformação estrutural a longo prazo e o crescimento.

Apesar desses avanços, o uso de tecnologias agrícolas melhoradas e a produtividade permanecem inalterados durante anos, os mercados de insumos e produção continuam frágeis, a estrutura da produção económica estagnou-se e os modelos da transformação do país são altamente desiguais. A colonização e o conflito marcaram uma persistente linha divisória norte-sul que possivelmente tenha sido agravado por uma estratégia de crescimento dependente do investimento estrangeiro e cada vez mais ligações firmes entre a África do Sul e as províncias do sul de Moçambique. Além disso, enquanto se verificou um progresso significativo em relação ao do combate a pobreza nos anos 90, este progresso agora parece ter parado. A pobreza rural pode, na verdade, estar a aumentar. Esta falta de progresso aplica-se, igualmente, a zonas urbanas, que também parecem particularmente vulneráveis à inflação do preço de alimentos e cria potenciais fontes de protestos políticos.

A falta da redução da pobreza parece estar relacionada ao facto de que o crescimento industrial tem sido conduzido por mega projectos com poucas ligações à grande economia moçambicana e ao baixo desempenho da agricultura, principalmente naquelas culturas alimentares produzidas por pobres. A produção em várias culturas chaves ainda tem acompanhado o crescimento da população. A transformação na agricultura tem sido mínima desde o tempo colonial, embora as melhorias da qualidade de estradas possam melhorar o acesso aos mercados, principalmente para os se encontram em pequenos centros urbanos. As despesas do governo na agricultura não são adequadas mesmo em termos de níveis ou produtividade. Isto suscita questões não somente sobre a adequação dos investimentos, políticas e programas, mas também sobre a eficácia das instituições e a implementação.

O baixo desempenho da agricultura em Moçambique é ainda mais perturbador dado o facto de que o país tem potenciais naturais em termos de recursos hídricos e terra e quase acesso livre aos mercados internacionais. A questão é como retirar os constrangimentos na produtividade e expansão da terra que possam ter alcançado um limite natural dado a actual disponibilidade da força de trabalho e métodos de produção. O papel limitado do sector privado nos mercados de insumos e de produção, sobretudo no fornecimento do crédito, devem ser abordados como quaisquer constrangimentos colocados na produção pelo actual sistema da posse da terra. O crescimento na produção e produtividade agrícola e o desenvolvimento do pleno sistema agrícola e de alimentos, incluindo o agro processamento que é de capital importância no apoio à transformação rural-urbana. O facto de 80 por cento da população trabalhar num sector em que há poucas saídas rápidas e que está essencialmente parado em termos de produtividade e mudança constitui, para Moçambique, uma questão social séria para além da económica.

As iniciativas para o crescimento agrário devem, contudo, assegurar uma ligação aos centros urbanos. Os mercados urbanos em Moçambique cresceram; Moçambique tem agora mais de 52 cidades com mais de 20.000 pessoas. As pequenas cidades e vilas são muito mais acessíveis do que os mercados de exportação para os produtores rurais e peri-urbanos e é provável que sejam muito mais acessíveis para eles do que para os produtores sul-africanos. Entretanto, grande parte do mercado de alimentos nas zonas urbanas está, actualmente, a serem abastecidos pela África do Sul, principalmente no sul de Moçambique. O potencial para substituir as importações sul-africanas a um baixo custo existe mas continua fracamente explorado, embora isto varie de culturas. Sem fortes ligações rural-urbana pode ser que a economia moçambicana se torne cada vez mais duplicada em termos da separação norte-sul e a natureza das economias urbanas e rurais. Como este estudo mostra, o grande investimento público em agricultura e infra-estruturas tem o potencial para acelerar o crescimento e a redução da pobreza, bem como o desenvolvimento geral da economia nacional.

As recentes manifestações sociais podem ser indicativos de um futuro turbulento se as dinâmicas em relação ao desenvolvimento de ambas zonas, rural e urbana não forem abordadas. Como nos outros países, os centros de protestos tendem a ser nas cidades onde a inflação de alimentos é mais sentida. Em Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010, as manifestações violentas aconteceram nos centros urbanos devido à subida do custo de vida, incluindo o aumento do preço do pão, outros produtos básicos e o custo de serviços básicos. Dezenas de vidas foram perdidas e centenas de pessoas ficaram feridas e várias infra-estruturas físicas foram atacadas, incluindo uma escola. Estes problemas são indicativos de uma economia perturbada.

O debate acima necessita, obviamente, de investimentos públicos, políticas e programas, incluindo o apoio a um ambiente favorável para o sector privado. Para além das soluções económicas e tecnológicas deve também haver um ambiente favorável para acções eficazes do sector público. Um dos constrangimentos políticos para uma transformação rural-urbano pró-pobre é a falta da distinção entre o estado e o partido no poder. Isto pode influenciar o processo da tomada de decisão em termos de alocação de recursos. Por exemplo, Zavale et al. (2009) argumentam que a alocação do orçamento do governo para vários sectores reflecte as prioridades políticas e de desenvolvimento e os compromissos políticos. Os investimentos agrários continuam baixos (menos de 10% de todo o orçamento do estado) e a alocação dos escassos recursos agrícolas pode ser melhorado pela alocação de fundos (e de recursos humanos tais como extensionistas) às províncias com base no potencial agrícola e número de habitantes. Isto iria assegurar que províncias tais como Zambézia e Nampula, com um alto potencial agrário tivessem prioridade na alocação de fundos.

Um segundo constrangimento está relacionado com a natureza das políticas de desenvolvimento existentes. Algumas delas são tendenciosas a favor dos residentes das zonas urbanas, tais como o subsídio da ligação da energia, água ou alimentos básicos como pão. A maioria desses subsídios foi introduzida depois dos tumultos de 2008, como uma resposta directa a pressões e protestos urbanos. A melhor forma de apoiar a produção agrícola e os habitantes rurais tem sido um debate limitado e potenciais respostas como amplos subsídios de insumos ou distribuição directa pelo governo tem apresentado, historicamente, problemas da eficácia e sustentabilidade financeira.

Um terceiro constrangimento está relacionado com a necessidade da reforma pública nas instituições governamentais. Por exemplo, a maioria dos extensionistas trabalham em regime de contractos anuais, o que encoraja os agentes mais produtivos a procurarem

emprego nas ONGs e no sector privado (Eicher 2002). Ademais, o governo encara um desafio significativo no recrutamento e na retenção de trabalhadores qualificados que podem fazer análises sólidas e aconselhar e promove mudanças eficazes de políticas devido aos baixos salários em relação ao sector privado. A ineficácia institucional na elaboração de investimento bem como na execução significa que os trabalhadores no sector agrário têm um momento difícil a fazer *lobbies* ao governo e aos doadores para providenciarem mais recursos. Os recursos alocados a agricultura reduziram desde 2005. Isto resulta em mais constrangimentos graves nos investimentos necessários em serviços tais como extensão e investigação, infra-estruturas e recursos humanos. As respostas à questão da transformação não se estendem somente na melhoria das tecnologias e a disponibilidade do mercado para os agricultores mas também na melhoria do compromisso do governo com o sector.

## Bibliografia

- Alfieri, A., C. Arndt, and X. Cirera. 2008. Measuring Distortions to Agricultural Incentives in Mozambique. In K. Anderson and W. Masters, eds., *Distortions to Agricultural Incentives in Africa*, pp. 127-146. Washington DC: World Bank.
- Alfredo, A., N. Jonsson, T. Finch, L. Neves, J. Molloy, and W. Jorgensen. 2005. Serological Survey of *Babesia bovis* and *Anaplasma marginale* in cattle in Tete Province, Mozambique. *Tropical Animal Health and Production* 37(2):121-131.
- Andersson, P. 2001. The impact of the mega projects on the Moçambican economy. *Gabinete de Estudos Discussion Paper 18*. Maputo: Ministry of Planning and Finance.
- Anderson, K. 2006. Measuring Distortions to Agricultural Incentives: Beyond Tariffs. IATRC working paper series. Washington DC: World Bank. Accessed 04/27/2011
- Anderson, K. 2008. *Distortions to Agricultural Incentives: A Global Perspective*. New York: Palgrave Macmillan and The World Bank.
- Anderson, K., M. Kurwei, W. Martin, D. Sandri, and E. Venezuela. 2008. Measuring Distortions to Agricultural Incentives, Revisited. *Policy Research Working Paper No 4612*. Washington, DC: World Bank.
- Arndt, C., H. Jensen, S. Robinson, F. Tarp. 2000. Marketing Margins and Agricultural Technology in Mozambique. *Journal of Development Studies* 37 (1): 121-137.
- Arndt, C. and F. Tarp. 2001. Who gets the goods? A general equilibrium perspective on food aid in Mozambique. *Food Policy* 26: 107-19.
- Barrett, C., T. Reardon and P. Webb. 2001. Nonfarm Income Diversification and Household Livelihood Strategies in Rural Africa: Concepts, Dynamics, and Policy Implications. *Food Policy* 26(4): 315-31.
- Benfica, R. 2006. Interlinked Transactions in Cash Cropping Economies: Rationale for Persistence, and the Determinants of Farmer Participation and Performance in the Zambezi Valley of Mozambique. *Research Report No. 63E*. Maputo: Ministério da Agricultura, Direcção de Economia.
- Boughton, D., D Mather, D. Tschirley, T. Walker, B. Cunguara and E. Payongayong. 2006. Changes in Rural Household Income Patterns in Mozambique, 1996-2002, and Implications for Agriculture's Contribution to Poverty Reduction. *Ministry of Agriculture Working Paper No. 61E*. Maputo: Ministério de Agricultura.
- Brück, T. and K. van de Broeck. 2006. Growth, Employment, and Poverty in Mozambique. *Issues in Employment and Poverty Discussion Paper 21*. Geneva: International Labor Organization. (Organização Internacional de Trabalho)
- Brück, T. and K. Schindler. 2009. Smallholder land access in post-war Northern Mozambique. *World Development* 37 (8): 1379-1389.

Cirera, X., and C. Arndt. 2008. Measuring the impact of road rehabilitation on spatial market efficiency in maize markets in Mozambique. *Agricultural Economics* 39: 17-28.

Crawford, E., T. Jayne, and V. Kelly. 2005. Alternative Approaches for Promoting Fertilizer Use in Africa, with Particular Reference to the Role of Fertilizer Subsidies. *Staff Papers 11557*. East Lansing: Michigan State University, Department of Agricultural, Food, and Resource Economics.

Crush, J., B. Frayne, and M. Grant. 2006. Linking Migration, HIV/AIDS and Urban Food Security in Southern and Eastern Africa. Washington, DC: International Food Policy Research Institute and Kingston, Ontario: Southern African Migration Project, Queen's University. Processed. <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/urbanrural.pdf> Accessed April 27, 2011.

Cunguara, B. and I. Darnhofer. 2011. The impact of improved technologies on household incomes in rural Mozambique. *Food Policy* 36 (3): 378-390.

Cunguara, B. and J. Hanlon. 2010. Poverty is not being reduced in Mozambique. *Working Paper No. 74*. London: London School of Economics and Political Science.

Cunguara, B. and B. Kelly. 2009. Trends in agriculture producers' income in rural Mozambique. Background study for Impact Evaluation Report (RAI) of PARPA II. Maputo: Ministry of Planning and Development. <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d119368.pdf>

Cunguara, B., A. Langyintuo and I. Darnhofer. 2011. The effect of nonfarm incomes in reducing drought vulnerability and rural poverty in southern Mozambique. *Agricultural Economics*. In press.

Cunguara, B. and K. Moder. 2011. Is agricultural extension helping the poor? Evidence from rural Mozambique. *Journal of African Economies*. In press.

Dávila, J., E. Kyrou, T. Nuñez, and J. Sumich. 2008. Urbanisation and Municipal Development in Mozambique: Urban Poverty and Rural-Urban Linkages. London: Development Planning Unit. Processed.

[http://siteresources.worldbank.org/INTDEBTDEPT/Resources/468980-1218567884549/5289593-1224797529767/Mozambique200808\\_01.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTDEBTDEPT/Resources/468980-1218567884549/5289593-1224797529767/Mozambique200808_01.pdf)

Accessed April 27, 2011.

De Marrule, H. 1998. *Land-Poor in a "Land Abundant" Setting. Unraveling a Paradox in Mozambique*. M.Sc. Plan B Paper. East Lansing: Michigan State University.

De Vletter, F. 2006. *Microfinance in Mozambique: Achievements, Prospects & Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility*.

<http://www.gdrc.org/icm/country/microfinance-mozambique.pdf> Accessed December 15, 2010.

De Vletter, F. 2007. Migration and Development in Mozambique: Poverty, inequality and survival. *Development Southern Africa* 24 (1): 137-153.

ECON Analysis. 2005. *Impacts of Extension Services in Rural Mozambique. Report 2005-15*. Oslo: ECON Analysis.

Eicher, C. 2002. Mozambique: An analysis of the implementation of the extension master plan. *Staff Paper 2002-31* East Lansing: Michigan State University.

Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO). 2011. *FAOSTAT*. <http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx> Accessed April 22, 2011.

Gallego, J. and M. Mendola, M. 2010. Labor Migration and Social Networks Participation in Southern Mozambique. *Department of Economics Working Paper 183*. Milan: University of Milano-Bicocca.

Gêmo, H, C Eicher, and S. Teclerariam. 2005. *Mozambique's experience in building a national extension system*. East Lansing, Michigan: Michigan State University Press.

Green, M., G.Lukanu, S.Worth, and P. Greenfield. 2006. Use of wealth ranking to analyse factors influencing smallholder farmers' market participation in northern Mozambique. *Journal of Development Southern Africa* 23(5): 669-83.

Howard, J., J. Jeje, D. Tschirley, P. Strasberg, E. Crawford, and M. Weber. 1998. What Makes Agricultural Intensification Profitable for Mozambican Smallholders? An Appraisal of the Inputs Subsector and the 1996/97 DNER/SG 2000 Program. *International Development Working Paper 69*. East Lansing: Michigan State University, Department of Agricultural, Food and Resource Economics.

INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 1999. *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: Resultados Definitivos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.

INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2006. *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.

INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2008a. *III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Resultados Definitivos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.

INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2010. *Estatísticas de Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.

Jenkins, P. 2003. In search of the urban-rural frontline in postwar Mozambique and Angola. *Environment and Urbanization* 15 (1):

Kapp, C. 2008. South Africa failing people displaced by xenophobia riots. *Lancet* 371: 1986-7.

Kessides, C. 2005. The Urban Transition in Sub-Saharan Africa: Implications for Economic Growth and Poverty Reduction. *Africa Region Working Paper Series 97*. Washington, DC: World Bank.

Kyle, S. 1994. *Structural Adjustment in a Country at War: The Case of Mozambique* in “**Adjusting to Policy Failure in African Economies**” ed. Sahn, D. E. Cornell University Press: Ithaca, NY.

Langyintuo, A., and M. Mekuria. 2005. Accounting for neighborhood influence in estimating factors determining the adoption of improved agricultural technologies. Selected Paper prepared for presentation at the American Agricultural Economics Association Annual Meeting, Providence, Rhode Island, July 24-27, 2005. Processed.

Loening, J. and J. Perumalpillai-Essex. 2005. Agriculture and Rural Poverty in Mozambique: imension, Profiles and Trends. Background paper for the 2005 Rural Development Strategy. Washington D.C.: World Bank. Processed.

Massingue, J., G. Rafael, U. Hají, J. Low, and D. Boughton. 2004. Sector Comercial de sementes: Progressos e Perspectivas de Desenvolvimento. *Relatório de Pesquisa 55P*. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Mather, D. 2009. Measuring the Impact of Private and Public Assets on Household Crop Income in Rural Mozambique, 2002-2005. *MINAG Directorate of Economics Research Paper No. 67*. Maputo: Ministério de Agricultura.

Mather, D., D. Boughton, and T. Jayne. 2011. Smallholder Heterogeneity and Maize Market Participation in Southern and Eastern Africa: Implications for Investment Strategies to Increase Marketed Food Staple Supply. *International Development Working Paper*. East Lansing: Michigan State University.

Mather, D., B. Cunguara, and D. Boughton. 2008. Household income and assets in rural Mozambique, 2002-2005: can pro-poor growth be sustained? *Research Report No 66*. Maputo: Ministry of Agriculture.

Minde, I., K. Mazvimavi, and S. Manussa. 2010. A review of agricultural input and output markets development in Mozambique. Bulawayo: ICRISAT. Unpublished manuscript.

McMillan, M., K. Horn, and D. Rodrik. 2003. When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique. *NBER Working Paper No. 9117*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.

Montgomery, M. 2008. The urban transformation of the developing world. *Science* 319 (5864): 761-4.

Mosca, J. 2011. *Políticas Agrárias de (em) Mocambique (1975-2009)*. Lisbon: Livraria Escola Editora.

MPF/UEM/IFPRI (Ministry of Planning and Finance/ Eduardo Mondlane University/International Food Policy Research Institute).1998. *Understanding poverty and well-being in Mozambique: the first national assessment (1996–7)*. Maputo: Ministry of Planning and Finance.

MPF/IFPRI/PU (Ministry of Planning and Finance/International Food Policy Research Institute/Purdue University). 2004. *Pobreza e bem-estar em Mocambique: Segunda Avaliação Nacional*. Maputo: Ministry of Planning and Finance.

MPD/ DNEAP (Ministry of Planning and Development, National Directorate of Studie and Policy Analysis). 2010. *Terceira Avaliação da Pobreza: Análise e Resultados Principais*. Maputo: Ministry of Planning and Development.

Olsefski, T. 2009. *Agrarian change and social transformation in Mozambique: 1928-2006*. Honors thesis. College of Agriculture and Life Sciences. Cornell University.

Osbahr, H., C.Twyman, W. Adger, and D.Thomas. 2008. Effective livelihood adaptation to climate change disturbance: Scale dimensions of practice in Mozambique. *Geoforum* 39(6): 1951-1964.

Raimundo, I. 2009. International Migration Management and Development in Mozambique: What Strategies? *International Migration* 47 (3): 93-122.

Reardon, T. 1997. Using evidence of household income diversification to inform study of rural nonfarm labor market in Africa. *World Development* 25(5): 735-747.

Satterthwaite, D. and C.Tacoli. 2003. The urban part of rural development: the role of small and intermediate urban centres in rural and regional development and poverty reduction. *Working Paper Series on Rural-Urban Interactions and Livelihood Strategies. Working Paper 9*. London: International Institute for Environment and Development (IIED).

Saul, J. 1987. Mozambique: Destabilization and counter-revolutionary guerrilla warfare. *Studies in Political Economy* 23: 5-40.

Schmidt, E. 2011. Unpublished analyses and calculations. International Food Policy Research Institute. Washington, DC.

Sidaway, J. 1993. Urban and regional planning in post-independence Mozambique. *International Journal of Urban and Regional Research* 17 (2): 241-259.

Sidaway, D. and M. Power. 1995. Sociospatial transformations in the 'postsocialist' periphery: the case of Maputo, Mozambique. *Environment and Planning* 27 (9): 1463–1491.

Silva, J. 2007. Trade and income inequality in a less developed country: The case of Mozambique. *Economic Geography* 83(2): 111-136.

Sonne-Schmidt, C., C.Arndt, and M. Magaua. 2009. Contribution of Mega-Projects to GPD in Mozambique. Paper presented at II IESE Conference on “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique.” Maputo, 22-23 April 2009.

Thirtle, C., L. Lin, and J. Piesse. 2003. The Impact of Research-Led Agricultural Productivity Growth on Poverty Reduction in Africa, Asia and Latin America. *World Development* 31(12): 1959–1975.

Thurlow, J. 2009. *Mozambique*. in “**Agricultural Strategies in Africa: Evidence-based Analysis**” (*Forthcoming*). eds. Diao, X., S. Benin, S. Fan, and J. Thurlow. International Food Policy Research Institute (IFPRI): Washington, DC.

Tostão, E. and B. Brorsen. 2005. Spatial price efficiency in Mozambique’s post-reform maize markets. *Agricultural Economics* 33: 205-14.

Tschirley, D. and R. Benfica. 2001. Smallholder agriculture, wage labour and rural poverty alleviation in land-abundant areas of Africa: evidence from Mozambique. *The Journal of Modern African Studies* 39(2): 333-58.

Tvedten, I., M. Paulo, and C. Rosário. 2009. Monitoring and Evaluating Mozambique’s Poverty Reduction Strategy PARPA 2006-2008. *CMI Report R2009:5* Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.

Uaiene, R., C. Arndt, and W. Masters. 2009. Determinants of agricultural technology adoption in Mozambique. *Discussion papers No. 67E*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD)/ Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP).

Uchida, H and A. Nelson. 2010. Agglomeration index: Towards a new measure of urban concentration. *UNU-WIDER Working Paper No. 2010/29*. Helsinki: UNU World Institute for Development Economics Research.

United Nations. 2010. *World Population Prospects: The 2008 Revision and World Urbanization Prospects: The 2009 Revision*. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat.  
<http://esa.un.org/wup2009/unup/> Accessed December 15, 2010.

United Nations. 2011. UNSTAT (Economic Statistics).  
[http://unstats.un.org/unsd/economic\\_main.htm](http://unstats.un.org/unsd/economic_main.htm) Accessed April 22, 2011.

Walker, T., D. Tschirley, J. Low, M. Tanque, D. Boughton, E. Payongayong and M. Weber. 2004. Determinants of Rural Income, Poverty and Perceived Well-Being in Mozambique in 2001-2002. *Working Paper 57E*. Maputo: Ministério de Agricultura.

Walker, T., D. Boughton, D. Tschirley, R. Pitoro and A. Tomo. 2006. Using Rural Household Income Survey Data to Inform Poverty Analysis: An Example from Mozambique. Contributed paper presented at the International Association of Agricultural Economists Conference, Gold Coast, Australia, August 12-18, 2006.

World Bank. 2011a. *World Development Indicators*.  
<http://data.worldbank.org/country/mozambique>. Accessed April 13, 2011.

World Bank. 2011b. *Mozambique. Analysis of Public Expenditure in Agriculture. Volume I. Core Analysis*. Washington, DC: World Bank.

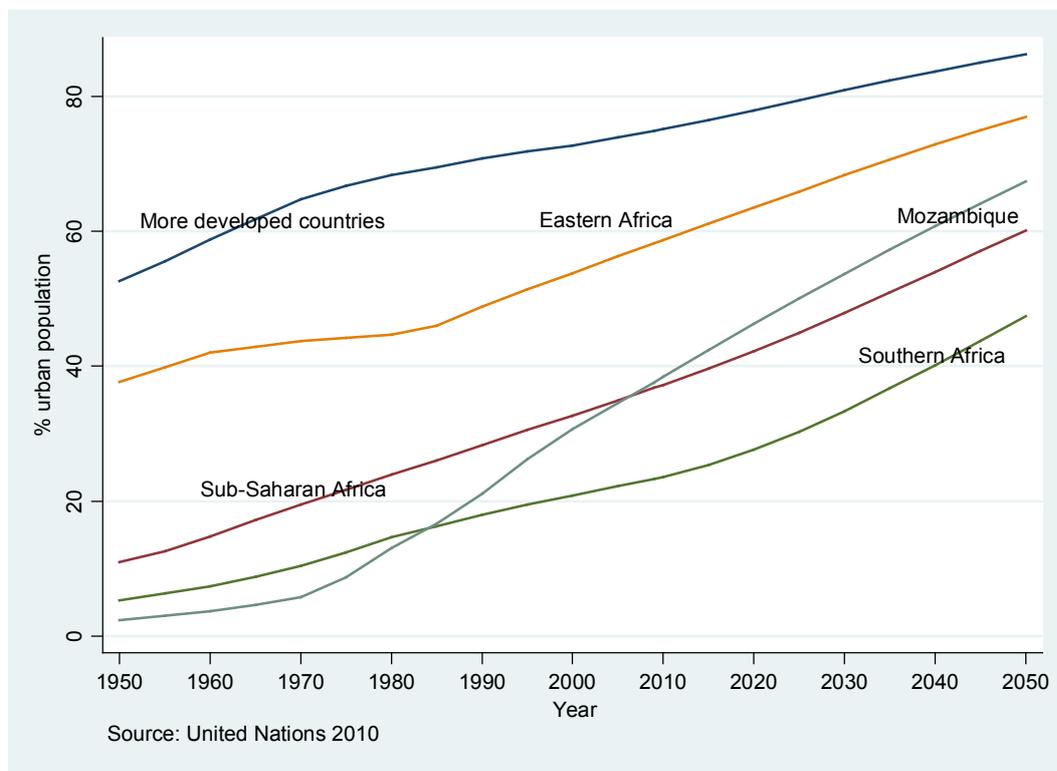
World Bank. 2011c. *Enterprise Surveys*.  
<http://www.doingbusiness.org/data/exploreconomies/mozambique/>  
Accessed April 22, 2011.

Versão Preliminar: Favor de não citar

Zavale, H., G. Mlay, D. Boughton, A. Chamusso, and P. Chilonda. 2009. The Structure and Trend of Agricultural Public Expenditure in Mozambique. *ReSAKSS Southern Africa Working Paper*. Pretoria: International Water Management Institute. Processed.

## Anexo A: Tabelas e Figuras Adicionais

**Figura A.1: Percentagem da população urbana nas regiões seleccionadas e Moçambique**



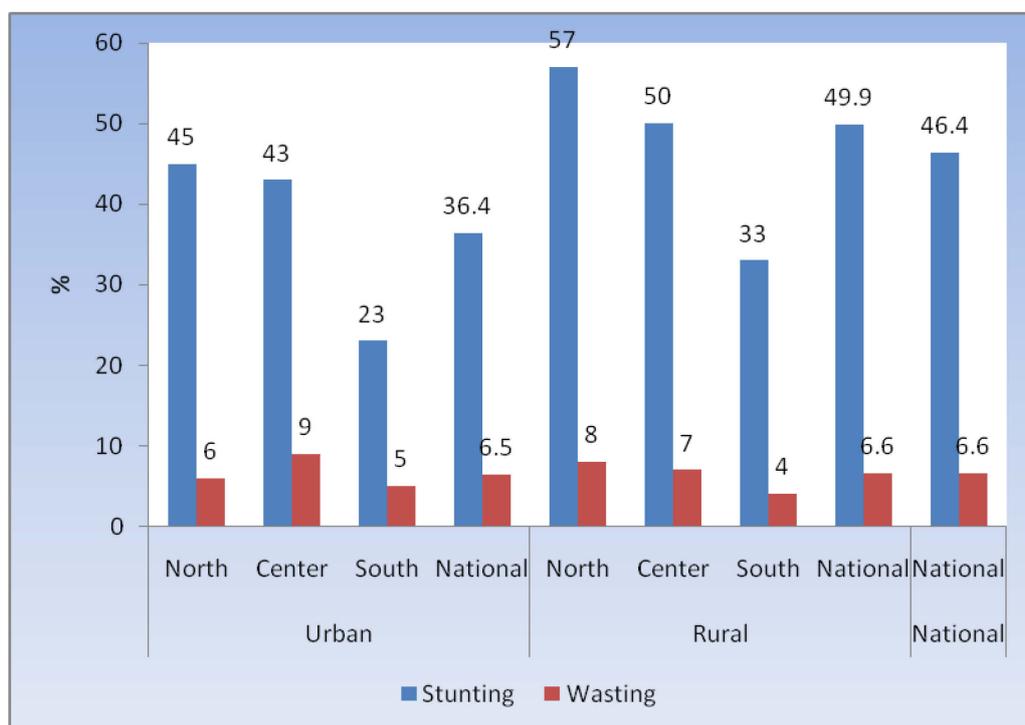
**Tabela A.1: Índice de aglomeração, África Austral e Oriental**

País	Índice de Aglomeração	Estimativa da ONU
Moçambique	21.2	34.5
Malawi	17.6	15.1
África do Sul	49.4	56.9
Suazilândia	19	23.4
Tanzânia	25.8	22.3
Zâmbia	30.5	34.8
Zimbabué	33.2	33.8

Fonte: Para Moçambique, cálculos próprios para índices de aglomeração e Nações Unidas 2010 (para o ano de 2005).

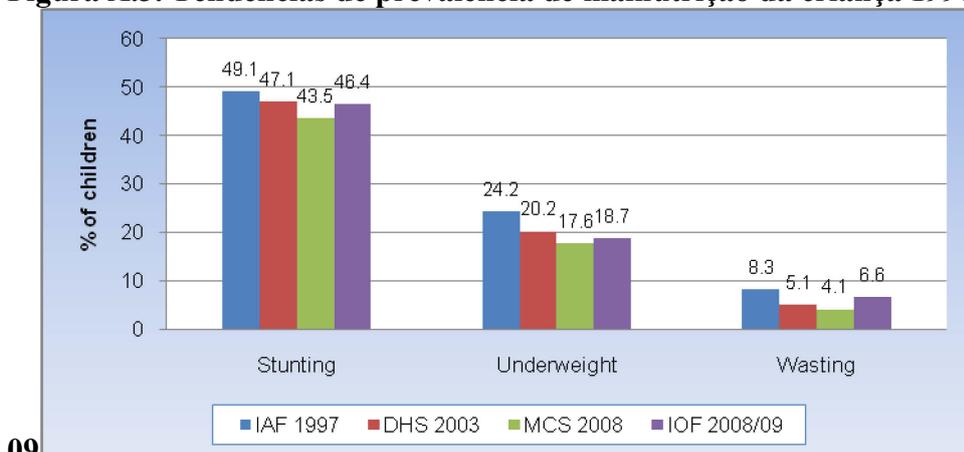
Para todos os outros, Uchida e Nelson 2010.

**Figura A.2. Prevalência de malnutrição infantil nas zonas rurais e urbanas e por região, 2008-2009**



Fonte: MPD/DNEAP 2010.

**Figura A.3. Tendências de prevalência de malnutrição da criança 1996-97 to 2008-**

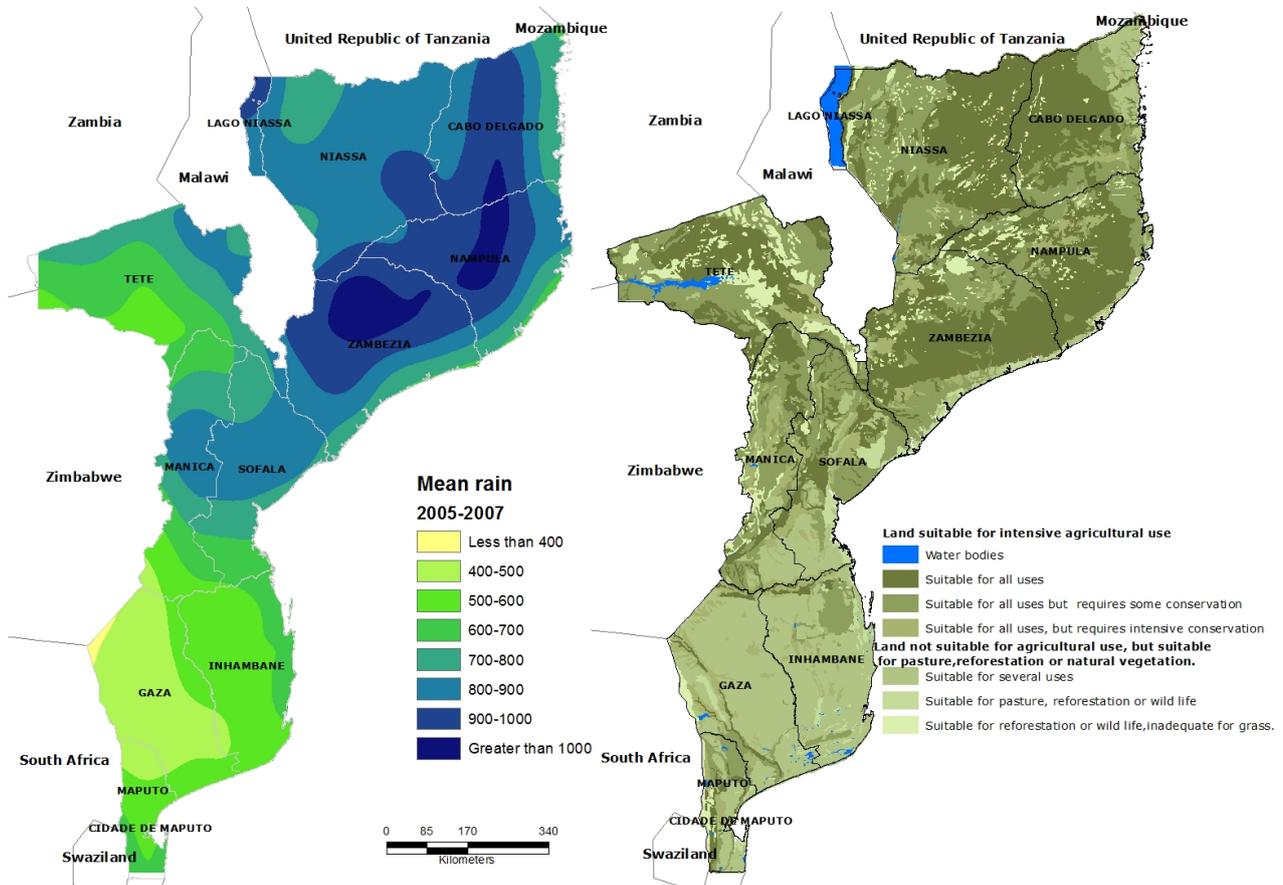


09

Fonte: MPD/DNEAP 2010.

**Figura A.4: Condições Agrícolas em Moçambique**

**A.3.a. Época chuvosa em Moçambique, 2005-07**      **A.3.b. Sustentabilidade da terra para uso agrícola**



**Tabela A.2. Tendências de Produção Alimentar em Moçambique, 2002-2008**

<b>Cultura/Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2008</b>	<b>Taxa de Crescimento 2002-08</b>	<b>Coefficiente da variação: 2002-08</b>
<b>Produção total (Kg milhão)</b>				
Milho	1,115	1,214	8.9	12.7
Arroz	93	88	-5.9	18.7
Mexoeira	138	126	-8.6	22.8
Mapira	12	15	19.7	27.5
Amendoim – grande película	38	31	-17.5	21.4
Amendoim – pequena película	64	71	10.9	16.5
Feijão manteiga	36	53	47.1	15.5
Ervilha à vache	54	62	15.5	13.1
Amendoim Bambara	23	13	-44.0	34.3
Ervilha Pombo	32	64	101.6	32.2
Mandioca	3,446	4,055	17.7	15.7
Batata-doce	456	610	33.7	22.9
Crescimento populacional			17	

Fonte: Adaptado do MPD/DNEAP 2010 (usando dados do TIA) e Nações Unidas 2010.

**Tabela A.3. Estimativa da produção real e potencial de culturas (seleccionar as maiores culturas)**

<b>Cultura</b>	<b>Média de Produção verdadeira</b>	<b>Média de produção potencial</b>
Milho	0.9	5.0-6.5
Mexoeira	0.4	0.8-2.0
Arroz	1.0	2.5-6.0
Feijões	0.5	2.5
Mandioca	6.0	5.0-10.0
Algodão	0.5	1.0-2.0

Fonte: Loening and Perumalpillai-Essex 2005 and Howard et al. 1998.

**Tabela A.4. Políticas e intervenções chave na agricultura desde a independência**

	Período	Estratégias/planos de Desenvolvimento	Resultados Pretendidos
Período de Conflito	1975-1981	Planificação Central. Forte intervenção governamental na produção (machamba estatal, empresas estatais). Preços e salários fixos.	Rápida industrialização e desenvolvimento. Contudo, a agricultura de pequena escala era negligenciada. Rápida urbanização rural através das “Aldeias Comunitárias”. Redução de êxodo rural.
	1981-1986	Desvalorização da moeda, desmantelamento do controlo de preços	Os preços de produtores para exportação tradicional de culturas eram periodicamente revistos; Política de preço pan-territorial e pan-temporal abandonada. Estabelecimento (referência) do preço mínimo de culturas nos mercados monopsónios, tais como algodão e tabaco que continuam a ser usadas.
Período Pós-conflito	1992-1997	Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)	Liberalização do preço, imobilização de preços de produtores domésticos mais próximos aos preços internacionais, desvalorização da moeda, privatização
	1995-	Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI)	Melhorar a segurança alimentar; desenvolvimento económico sustentável; redução do desemprego e redução da pobreza
	1999-2004	PROAGRI I	Coordenação de actividades no sector agrário, enquanto também se constrói a habilidade do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural para desempenhar um papel eficaz e apropriado na economia do mercado.
	2001-2005	Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I)	Rápido crescimento económico. Recuperação da indústria e criação de emprego nos centros urbanos. Foco na redução da inflação, restauração de infra-estruturas & serviços sociais e redução de importações. Grande posse de programas de crédito (principalmente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional) pelo governo conduzindo a melhor política fiscal.
	2003-	Agenda 2025	Estratégia e Visão a longo prazo para Moçambique
	2006-2011	PROAGRI II	Apoio harmonizado de parceiros internacionais de desenvolvimento no sector agrário
	2006-2009	PARPA II	Reduzir o índice de pobreza de 54% a 45%.
	2007	Estratégia da Revolução Verde	Aumentar a produção e produtividade agrária para reduzir a fome e insegurança alimentar; aumentar a exportação e fornecimento da matéria prima para a indústria local
	2007	Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)	Aumentar a produtividade, concorrência e criação de riqueza; uso sustentável e gestão de recursos naturais; fortalecimento do capital social; expansão do capital humano, tecnologia e inovação; boa governação e promoção da economia do mercado
	2007-	Fundo de Investimento Local	Aumentar a monetização das zonas rurais; aborda o não fornecimento de serviços financeiros rurais pelos mercados; aumenta a produção de alimentos e cria oportunidades de emprego
	2008-2011	Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA)	Substituição da importação de alimentos através da produção local de milho, arroz, trigo, mandioca, culturas de óleo, batata e criação de frangos.
	2009-2015	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA)	Aumenta o lucro, a concorrência e o valor acrescentado do sector agrário (ainda não foi aprovado)
	2011-	Estratégia de Desenvolvimento Nacional (EDN)	Guia o país em direcção a erradicação da pobreza, prosperidade e metas de desenvolvimento. Liga as

Período	Estratégias/planos de Desenvolvimento	Resultados Pretendidos
		prioridades de curto prazo com as metas de longo prazo, integra os planos sectoriais dentro de uma estratégia geral coerente e identifica os programas concretos a serem implementados (está sendo elaborado)

Fonte: Compilado pelos autores.

**Tabela A.5. Despesas, PIB e população rural por província, 2004-06**

	Despesa (Milhões MZN)	Despesa	PIB (Milhões MZN)	PIB Agri (Milhões MZN)	PIB Agri	População rural	População Rural
Niassa	62.69	11.1%	5,102.93	1,896.51	37.3%	718,928	5.5%
Cabo Delgado	50.13	9.1%		3,404.44	44.8%	1,260,709	9.6%
Nampula	77.77	14.0%		7,377.32	35.7%	2,670,281	20.3%
Zambezia	54.47	10.0%	17,604.88	9,678.97	55.0%	3,031,893	23.0%
Tete	42.99	7.8%	7,585.68	2,071.40	21.5%	1,206,037	9.2%
Manica	49.83	9.0%	20,658.47	2,437.95	34.9%	887,187	6.7%
Sofala	58.25	10.5%	16,976.47	3,010.70	17.7%	898,812	6.8%
Inhambane	61.52	11.1%	9,129.83	3,873.36	42.3%	1,120,690	8.5%
Gaza	53.30	9.7%	6,880.08	2,510.52	36.5%	985,380	7.5%
Maputo	42.51	7.7%	50,768.11	1,548.63	3.0%	391,490	3.0%
<b>Nacional</b>							

Fonte: Zavale et al. (2009), baseado nos dados do MINAG e do INE